

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios
financeiros - IFRS



Carrefour
banco

31 de dezembro de 2025

Índice	Página
Relatório da Administração	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	7
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas	8
Balancos Patrimoniais Consolidados	12
Demonstrações Consolidadas dos Resultados	13
Demonstrações Consolidadas dos Resultados Abrangentes	14
Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido	15
Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa	16
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	
1. Contexto operacional	18
2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas	18
3. Principais políticas contábeis	19
4. Caixa e equivalentes de caixa	22
5. Ativos financeiros ao custo amortizado	22
6. Ativos financeiros ao valor justo	24
7. Outros ativos	24
8. Imobilizado	25
9. Intangível	25
10. Passivos financeiros	26
11. Outros passivos	27
12. Provisões, contingências e obrigações legais	27
13. Patrimônio líquido	28
14. Receitas com juros e similares	29
15. Despesas de juros e similares	29
16. Receitas de prestação de serviços	29
17. Despesas de pessoal	29
18. Outras despesas administrativas	29
19. Despesas tributárias	30
20. Outras receitas (despesas) operacionais	30
21. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)	30
22. Transações entre partes relacionadas	31
23. Remuneração e benefícios a empregados	32
24. Valor justo dos ativos e passivos	34
25. Gestão de capital e dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental e reputacional	35
26. Outras informações	39
27. Conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS)	39
28. Eventos subsequentes	40
Relação dos Diretores	41

Prezados acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas do Banco CSF S.A. ("Banco"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), acrescidas do relatório do Comitê de Auditoria e relatório dos Auditores Independentes sobre essas demonstrações financeiras consolidadas.

Destaques do Período

Balanco Patrimonial (Em milhões de Reais)	31/12/2025	31/12/2024	Δ%
Ativos totais	24.290	21.770	12%
Carteira de crédito	32.530	28.376	15%
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PECLD)	(12.151)	(9.584)	27%
Passivos financeiros	15.455	13.811	12%
Patrimônio líquido	4.255	3.682	16%

Resultados (Em milhões de Reais)	31/12/2025	31/12/2024	Δ%
Resultado líquido de juros	4.343	3.187	36%
(-) PECLD	(3.524)	(2.464)	43%
Receitas (despesas) operacionais	70	(45)	-253%
Outras receitas (despesas)	8	(99)	-108%
Imposto renda e contribuição social	(324)	(198)	64%
Lucro líquido	573	380	51%

**Índice de Basileia
"BRGAAP" - Nível I**
16,2%

Em 31 de dezembro de 2025 o Índice de Basileia atingiu um patamar superior ao mínimo requerido pelo regulador local (10,5%), mas com uma leve redução de 0,2 p.p. a/a (16,4% em 2024). Os impulsionadores foram a entrada de regras regulatórias (Resoluções CMN nº 4.966/21 e CMN nº 4.975/21), que reduziram e mudaram a alocação de capital para o risco operacional.

A rentabilidade em relação ao patrimônio (ROAE) aumentou 1,7 p.p. a/a (13,1% em 2024) e a rentabilidade em relação aos ativos (ROAA) também apresentou um aumento de 0,3 p.p. a/a (2,3% em 2024). Reforçando nosso compromisso com a eficiência e com a geração de valor aos nossos acionistas.

(a) Desconsidera os efeitos dos resultados não recorrentes.

Rentabilidade (a)

ROAE	ROAA
14,8%	2,6%

Índice de Eficiência
23,6%

O índice de eficiência aumentou 5,2 p.p. a/a (28,8% em 2024) e esse desempenho está atrelado ao controle de gastos e ações com melhores negociações de preços durante o exercício 2025.

A margem líquida de juros aumentou de 4,4 p.p. a/a (14,1% em 2024). Reflexo das novas estratégias de diversificação de produtos, fazendo com que tenhamos menor dependência de taxa de juros.

(a) NIM = Resultado líquido de juros antes da PECLD/(Ativos Totais - Permanente).

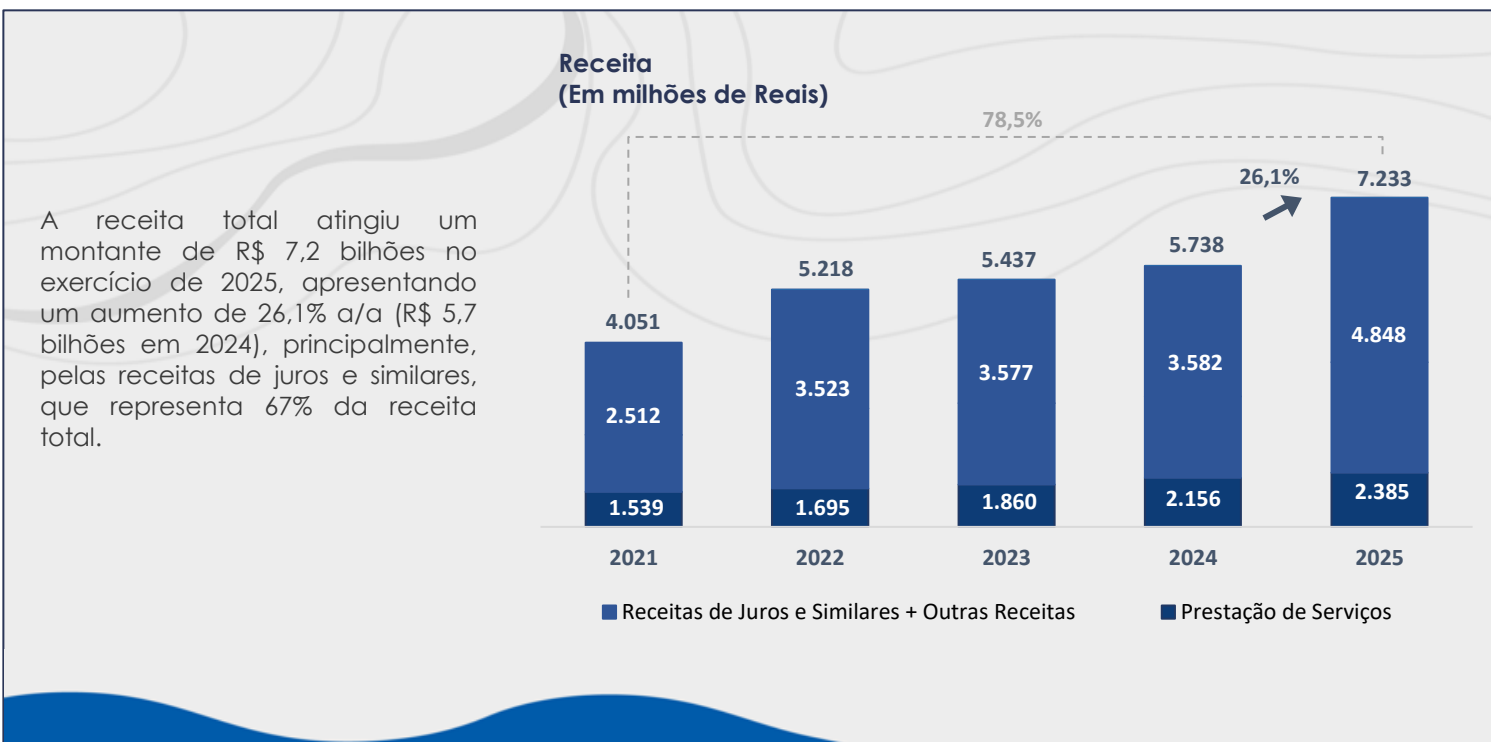
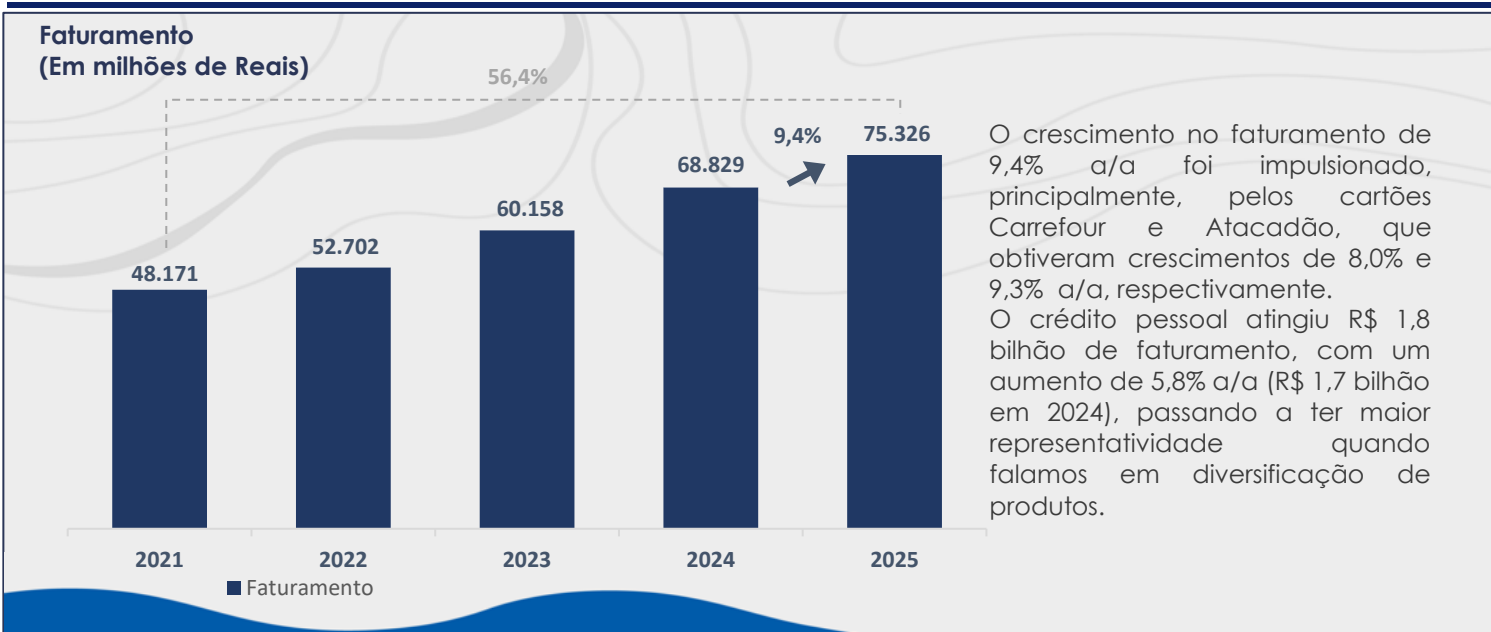
NIM (ex PECLD) (a)
18,5%

Ratings

Agência	Rating	Data de atualização	Perspectiva
S&P Global Ratings	brAAA	08/04/2025	Estável

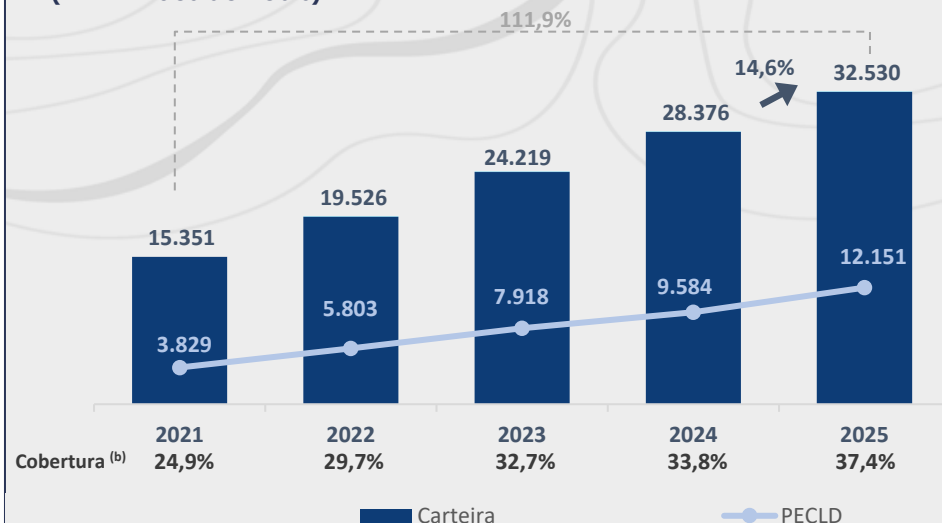
O rating da S&P Global foca no suporte financeiro do Grupo, que atualmente sustenta a classificação do Banco em brAAA, no topo da escala, o que mostra a sua alta capacidade de honrar compromissos financeiros.

Indicadores de Negócios



Indicadores de Performance de Crédito

Carteira de Crédito e PECLD (IFRS 9) ^(a)
(Em milhões de Reais)



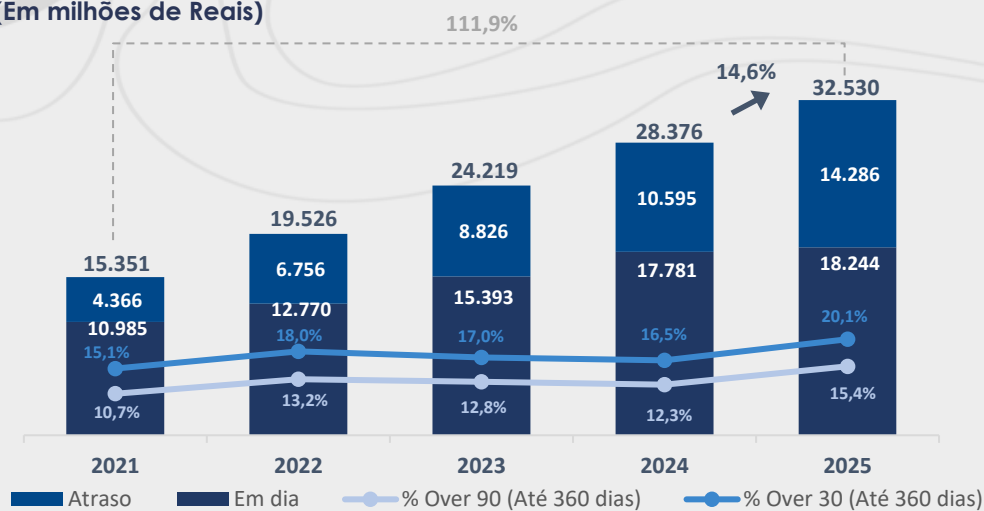
O saldo de provisão é mensalmente calculado de acordo com a IFRS 9 e em 31 de dezembro de 2025, atingiu o montante de R\$ 12,2 bilhões, apresentando um aumento de 26,8% a/a (R\$ 9,6 bilhões em 2024).

(a) A perda esperada calculada não contempla o saldo de Provisão sobre limites de crédito.

(b) Cobertura = provisão / carteira

Distribuição de operações adimplentes e inadimplentes sobre carteira total e PECLD ^(a)
(Em milhões de Reais)

As carteiras Over 30 e Over 90 encerraram o exercício de 2025 com taxas de 20,1% e 15,4% em relação à carteira de até 360 dias, respectivamente. Ambas apresentam uma redução de 0,5 p.p. a/a, resultado de uma política de crédito focada na redução de níveis de inadimplência, além da melhora de clientes saudáveis em nosso portfólio.



(a) Não é considerado o efeito do arrasto da PECLD.

Governança Corporativa

O Banco mantém práticas adequadas nos processos de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, com atuação ativa da alta Administração. Os comitês que se reportam diretamente ao Conselho de Administração são:

a. Comitê Integrado de Riscos: composto por membros independentes e representantes dos acionistas, é responsável por propor recomendações ao Conselho de Administração sobre a gestão integrada de riscos, bem como avaliar os níveis de apetite de riscos da Instituição, políticas, estratégias e supervisionar a atuação do *Chief Risk Officer* (CRO), avaliando o grau de aderência aos processos de gerenciamento de riscos e capital.

b. Comitê de Auditoria: composto por três membros independentes (sendo que um deles atua como especialista financeiro), é responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de administração de riscos, pelas atividades da auditoria interna e as atividades da empresa de auditoria independente do Banco.

c. Comitê de Remuneração: composto por representantes dos acionistas, especialistas no assunto, é responsável por assessorar o Conselho de Administração do Banco na condução da política de remuneração de seus Administradores.

Relação dos Investimentos em Sociedades Coligadas e/ou Controladas

Desde 2019, o Banco detém 100% do capital social da subsidiária CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

Remuneração dos Acionistas e Reinvestimento de Lucros

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira do Banco, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para o Banco ou não atenda os requisitos mínimos de Basileia.

A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

Gestão de capital e de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco visa assegurar um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da Instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos acionistas.

O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada por uma estrutura segregada das demais unidades de negócios responsável pelos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental, reputacional, gestão do capital e governança de risco de modelos. O processo de gerenciamento de riscos integrados consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e dos relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação da Administração. As informações detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco podem ser consultadas no site www.carrefoursolucoes.com.br, na página de Governança Corporativa.

Agradecimentos

O Banco Carrefour agradece a todos os clientes pela preferência e confiança depositadas em nossos serviços, e também às nossas pessoas colaboradoras, cuja entrega, dedicação e excelência no trabalho foram fundamentais para impulsionar a transformação do nosso negócio. Sempre com foco na missão de melhorar a vida das famílias brasileiras, garantindo acesso ao crédito e oferecendo serviços financeiros inovadores, reconhecemos que, sem elas, não seríamos capazes de atingir os resultados alcançados.

A Diretoria

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026.



Introdução

O Comitê de Auditoria (COAUD) é um órgão consultivo permanente, que assessoria o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, analisando e assegurando a observância, por parte do Banco, das leis e regulamentos aplicáveis.

É responsável pela supervisão: a. dos processos de controles internos e de administração de riscos; b. das atividades da Auditoria Interna; e c. das atividades da empresa de auditoria independente do Banco.

O regimento interno do COAUD do Banco estabelece a sua composição por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que um dos membros, no mínimo, deverá ser designado Especialista Financeiro.

O COAUD teve seu nível de governança elevado, quando em 2023, incorporou mais dois membros independentes, além do membro já nomeado como Especialista Financeiro desde março de 2019 (conforme Art 5º do Regimento do COAUD do Banco). Em agosto de 2025, foi aprovada pelo Banco Central a atual composição do COAUD com a nomeação de um membro independente como Presidente do Comitê. As reuniões do COAUD do Banco contaram também com a presença de diretores da Auditoria Interna do Itaú-Unibanco S.A. e do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. como convidados, além do Superintendente de Auditoria Interna do Banco como Secretário do Comitê.

As atividades do COAUD do Banco iniciaram-se em 23 de março de 2016 e atualmente apresenta a seguinte composição:

João Antônio Dantas Bezerra Leite	Presidente do COAUD / Membro Independente
José Ronaldo Vilela Rezende	Especialista Financeiro / Membro Independente
Ana Karina Borfoni Dias	Membro Independente

Atividades exercidas

No intuito de cumprir suas atribuições e, em atendimento ao previsto em seu calendário anual de trabalho, o COAUD reuniu-se 9 (nove) vezes no exercício de 2025. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como os trabalhos e relatórios da Auditoria Independente, foram analisados em reunião de 12 de fevereiro de 2026, oportunidade em que também foi avaliado e aprovado o presente relatório.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis e financeiros, controles internos, processos de negócio e produtos, operações, crédito e cobrança, compliance e regulatório, segurança da informação, gestão de riscos e atividades de auditoria interna e independente, gestão e evolução da carga de risco.

Em conjunto com a Auditoria Independente, acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial a revisão das demonstrações financeiras consolidadas e o relatório referente à Resolução CMN nº 4.910/21.

Foram examinadas as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

Nas situações em que foram identificadas oportunidades de melhoria, foram sugeridos aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no período, em linha com as suas atribuições, o COAUD concluiu que: a. o sistema de Controles Internos está bem consolidado e não identificou, no exercício, fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o sistema de Controles Internos, como um todo, não é efetivo; b. a Auditoria Interna, tendo por base os assuntos discutidos, desempenha suas funções de forma independente e adequada; c. a Auditoria Independente - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - realizou seus trabalhos de forma independente e efetiva; e d. as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco e, estão em condições de serem aprovadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco CSF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco CSF S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco CSF S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída levando em consideração a norma internacional IFRS 9 - “Financial Instruments”. Essa norma contábil requer que a mensuração da referida provisão considere o modelo de perdas esperadas. O Banco utiliza modelo interno na apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, cuja mensuração leva em consideração determinadas premissas sobre as perdas históricas na carteira de operações de crédito, assim como projeções futuras. A perda esperada de crédito é calculada com base em critérios matemáticos e estatísticos para toda a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, que consideram a classificação dos empréstimos nos estágios previstos na norma internacional IFRS 9 em função das mudanças na qualidade do crédito transacionado à época. Devido à relevância da carteira de operações de crédito e dos valores a receber relativos a transações de pagamentos, do uso de estimativa e premissas por parte da Administração utilizados no modelo interno para a determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe e de especialistas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 460 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (b) leitura da política de provisionamento do Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (c) envolvimento de especialistas na revisão do modelo utilizado e das premissas adotadas; (d) entendimento do processo e dos controles internos relacionados à mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (e) revisão da aplicação dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração do Banco para determinar a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, sobre as quais emitimos relatório do auditor independente, com opinião sem modificação, datado de 16 de fevereiro de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as “IFRS Accounting Standards”, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Victor Vinicius Zanetin Zavagli
Contador
CRC nº 1 SP 289692/O-4

Ativo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	449.484	102.156
Ativos financeiros		21.316.176	19.727.517
Ao custo amortizado		20.379.810	18.791.933
Operações de crédito	5.1	32.530.323	28.375.534
(-) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito (PECLD)	5.1	(12.150.513)	(9.583.601)
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6	930.311	929.282
Títulos e valores mobiliários		930.311	929.282
Ao valor justo por meio de resultados	6	6.055	6.302
Títulos e valores mobiliários		6.055	6.302
Ativos fiscais		1.176.072	470.737
Correntes		-	4.262
Diferidos	21	1.176.072	466.475
Outros ativos	7	491.461	556.942
Imobilizado	8	45.494	63.853
Intangível	9	811.388	848.527
Total do ativo		24.290.075	21.769.732

Passivo	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Passivos financeiros		15.454.802	13.810.508
Ao custo amortizado		15.454.802	13.810.508
Depósitos	10.1, 10.2 e 10.3	2.381.494	1.007.884
Captações no mercado aberto	10.4	269.943	319.315
Recursos de aceites e emissão de títulos	10.5	1.438.972	2.158.223
Outros passivos financeiros	10.6	11.364.393	10.325.086
Provisões	12	682.182	475.872
Passivos fiscais		478.186	53.142
Correntes	21.4	477.798	52.901
Diferidos		388	241
Outros passivos		3.419.959	3.748.190
Outras obrigações fiscais	11.2	67.977	86.745
Outros passivos	11.3	3.351.982	3.661.445
Total do passivo		20.035.129	18.087.712
Capital social integralizado	13	1.942.000	1.742.000
Aumento de capital com base em reservas	13	250.000	200.000
Reservas de capital	13.1	1.475	10.833
Reservas de lucros	13.2	2.060.537	1.728.584
Outros resultados abrangentes	13.3	934	603
Total do patrimônio líquido		4.254.946	3.682.020
Total do passivo e do patrimônio líquido		24.290.075	21.769.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Descrição	Nota explicativa	Exercícios	
		31/12/2025	31/12/2024
Receitas de juros e similares	14	4.844.414	3.564.764
Despesas de juros e similares	15	(501.021)	(377.698)
Resultado líquido de juros		4.343.393	3.187.066
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (PECLD)		(3.523.737)	(2.464.257)
(-) PECLD	5.1.4	(3.325.995)	(2.351.849)
(-) PECLD - Compromissos contingentes	12.2.2	(197.742)	(112.408)
Reversões (despesas) de provisões de contingências	12.2.2	(15.365)	(11.026)
Receitas de prestação de serviços	16	2.384.632	2.156.428
Despesas de pessoal	17	(267.773)	(201.417)
Outras despesas administrativas	18	(1.228.452)	(1.271.507)
Despesas com depreciação e amortização	8 e 9	(142.041)	(142.816)
Despesas tributárias	19	(390.172)	(330.715)
Outras receitas (despesas) operacionais	20	(271.311)	(244.411)
Resultado operacional		889.174	677.345
Outras receitas (despesas)		8.326	(98.911)
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social		897.500	578.434
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(1.034.027)	(368.404)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	709.596	170.271
Lucro líquido		573.069	380.301
Quantidade de ações (mil)		1.114.671	1.114.671
Lucro por ação (em R\$)		0,51	0,34

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Descrição	Exercícios	
	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido	573.069	380.301
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	179	263
Variação de valor justo - TVM	326	478
Impostos diferidos - TVM	(147)	(215)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	152	-
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	152	-
Total do resultado abrangente	573.400	380.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Descrição	Nota explicativa	Capital social integralizado	Aumento de capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.742.000	-	11.621	1.548.283	-	340	3.302.244
Aumento de capital com base em reservas	13	-	200.000	-	(200.000)	-	-	-
Pagamento baseado em instrumento de capital	13.1	-	-	(788)	-	-	-	(788)
Ajuste ao valor justo - TVM	13.3	-	-	-	-	-	263	263
Lucro líquido		-	-	-	-	380.301	-	380.301
Destinações:								
Reserva legal	13.2	-	-	-	18.934	(18.934)	-	-
Reserva estatutária	13.2	-	-	-	361.367	(361.367)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.742.000	200.000	10.833	1.728.584	-	603	3.682.020
Mutação do exercício		-	200.000	(788)	180.301	-	263	379.776
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.742.000	200.000	10.833	1.728.584	-	603	3.682.020
Aumento de capital com base em reservas ^(a)	13	-	250.000	-	(250.000)	-	-	-
Integralização de capital		200.000	(200.000)	-	-	-	-	-
Movimentação dos Planos de Remuneração baseado em ações (LTI)	13.1	-	-	(9.358)	8.884	-	-	(474)
Ajuste ao valor justo - TVM	13.3	-	-	-	-	-	179	179
Avaliação atuarial - Benefícios pós-emprego	13.3	-	-	-	-	-	152	152
Lucro líquido		-	-	-	-	573.069	-	573.069
Destinações:								
Reserva legal	13.2	-	-	-	21.570	(21.570)	-	-
Reserva estatutária	13.2	-	-	-	551.499	(551.499)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.942.000	250.000	1.475	2.060.537	-	934	4.254.946
Mutação do exercício		200.000	50.000	(9.358)	331.953	-	331	572.926

(a) O aumento do capital social foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de fevereiro de 2026.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Descrição	Nota explicativa	Exercícios	
		31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		3.845.610	3.208.291
Lucro líquido		573.069	380.301
Ajustes ao lucro líquido		3.272.541	2.827.990
Depreciações e amortizações	8.2 e 9.2	142.041	142.816
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito (PECLD)	5.1.4	3.325.995	2.351.849
PECLD - Compromissos contingentes	12.2.2	197.742	112.408
Provisão para ações cíveis, trabalhistas, fiscais e obrigações legais	12.2.2	18.829	15.145
Outras provisões		25.972	12.061
Provisão para crédito em confiança		(1.172)	1.179
Provisão para inspeção de taxas e tarifas - DECON		7.086	93.737
Atualização monetária de depósitos judiciais		(2.411)	(1.828)
Atualização monetária de impostos a compensar		(17.042)	(2.949)
Ativos e passivos fiscais diferidos	21.3	(709.597)	(170.271)
Receita de juros não recebidos de títulos e valores mobiliários		(151.240)	(110.324)
Resultado em ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados		(448)	(1.112)
Juros não pagos de passivos financeiros ao custo amortizado		376.689	341.564
Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital	13.1	2.148	318
(Ganho) / Perda na venda ou baixa do imobilizado	8	20.251	24.675
(Ganho) / Perda na baixa do intangível	9	37.358	16.909
Ajuste de avaliação atuarial (benefícios pós-emprego)		28	-
Juros sobre arrendamento		312	1.813
Variação de ativos e passivos		(3.353.230)	(3.035.794)
(Aumento) / Redução em ativos		(4.689.461)	(4.406.662)
Ativos financeiros ao custo amortizado		(4.912.700)	(4.843.254)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		150.638	119.535
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultados		448	1.112
Outros ativos		72.153	315.945
Aumento / (Redução) em passivos		1.336.231	1.370.868
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.795.474	1.367.459
Outros passivos		520.986	347.769
Realização de provisões cíveis e trabalhistas		(10.261)	(17.825)
Juros pagos de passivos financeiros a custo amortizado		(527.821)	(108.898)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(442.147)	(217.637)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		492.380	172.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Descrição	Nota explicativa	Exercícios	
		31/12/2025	31/12/2024
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	8	(15.259)	(18.842)
Alienação de imobilizado de Uso	8	-	160
Baixa de imobilizado de uso	8	-	10.398
Aquisição de intangível	9	(128.893)	(137.484)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(144.152)	(145.768)
Atividades de financiamento			
Amortização de juros - contrato de arrendamento		(312)	(1.814)
Amortização de principal - contrato de arrendamento		(588)	(13.134)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(900)	(14.948)
(Redução) / Aumento em caixa e equivalentes de caixa		347.328	11.781
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		102.156	90.375
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	449.484	102.156

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

1. Contexto operacional

O Banco CSF S.A. ("Banco"), controlado pelo Atacadão S.A., constituído em 31 de agosto de 2006, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 - 2º Andar - Edifício Villa Lobos - Jardim Universidade Pinheiros - São Paulo - SP. O Banco deu início às suas atividades em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour. Atualmente está autorizado a operar como banco múltiplo, desenvolvendo suas operações por intermédio das carteiras de crédito, financiamento e investimentos regulamentados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e consignado, sendo um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour, Atacadão e Sam's Club, com as bandeiras Visa e Mastercard. Através da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda., da qual o Banco é detentor de 100% do capital social, atua também no mercado de corretagem de seguros, desde 8 de fevereiro de 2019.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os balanços patrimoniais consolidados, as demonstrações consolidadas do resultado, as demonstrações consolidadas do resultado abrangente, as demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido, as demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa, as notas explicativas consolidadas e declaração dos diretores, acrescidas do relatório da Administração, relatório do Comitê de Auditoria e relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras consolidadas.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas localmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, doravante denominados "BRGAAP", e estão sendo apresentadas separadamente dessas demonstrações.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e pelo valor justo por meio dos resultados ("VJR").

O Banco classifica suas despesas pelo critério de natureza.

As demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa apresenta as alterações no caixa e equivalentes de caixa ocorridas no exercício, oriundas das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. A nota 4 apresenta a classificação dos itens de caixa e equivalentes de caixa nas contas do balanço patrimonial consolidado. As demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa foi elaborada utilizando o método indireto. Portanto, o saldo de lucro antes dos impostos foi ajustado por transações que não afetam o caixa, tais como: provisões, depreciações, amortizações e perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito. Os juros e dividendos recebidos e pagos são classificados como atividades operacionais, de financiamento ou investimento nos fluxos de caixa de acordo com a natureza correspondente nos ativos e passivos.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer a adoção de estimativas e premissas que afetam os valores divulgados para ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras consolidadas e da divulgação das receitas e despesas durante o exercício. As demonstrações financeiras consolidadas contém várias estimativas e premissas, incluindo, mas não limitado a, adequação da provisão para perda esperada de ativos e passivos financeiros, estimativas de valor justo de instrumentos financeiros, depreciação e amortização, perdas por redução ao valor recuperável dos ativos, vida útil dos ativos intangíveis, avaliação para realização de ativos fiscais, provisões para contingências e provisões para potenciais perdas originadas de incertezas fiscais e tributárias. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas estão divulgadas na nota 2.3.

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração em 12 de fevereiro de 2026.

2.2. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

2.2.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O Banco não identificou novos pronunciamentos que impactaram as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2.2.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros

Emendas à IFRS 9 e IFRS 7 – Emendas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros: visam aprimorar a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, abordando questões da revisão da IFRS 9 e melhorando divulgações sobre instrumentos patrimoniais avaliados ao valor justo e vinculados a eventos contingentes. As emendas à IFRS 9 e IFRS 7 terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, o Banco avaliou e não há impacto para as presentes demonstrações financeiras.

IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras: a IFRS 18 substitui a IAS 1 e introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração relacionadas às demonstrações de resultados. A IFRS 18 terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, e o Banco está avaliando os impactos desta alteração.

IFRS S1 e S2 – Relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: a Resolução CMN nº 5.185/24 estabelece que instituições financeiras de maior porte devem elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras anuais consolidadas, um relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Essa medida alinha-se aos pronunciamentos internacionais, emitidos pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB), e aprovados pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS). A convergência aos IFRS's S1 e S2 terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2028, para instituições do segmento S3 e o Banco está avaliando os impactos desta alteração.

Reforma Tributária:

Lei Complementar nº 214/25 - Reforma Tributária

A Lei Complementar nº 214/25 promove a reestruturação do sistema tributário nacional, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), além de introduzir o Imposto Seletivo (IS) e regulamentar a governança do novo modelo por meio do Comitê Gestor do IBS. A estratégia de transição e os impactos para a Instituição estão fundamentados nos seguintes pilares:

a. Acompanhamento normativo: o Banco monitora ativamente os desdobramentos da Lei Complementar nº 214/25, que regulamenta a CBS e o IBS;

b. Cronograma de transição: a partir de 1º de janeiro de 2027, a Instituição iniciará a apuração e o recolhimento do IBS e da CBS, em substituição gradual ao PIS e à COFINS (que serão extintos em 31/12/2026) e ao ISS (com extinção gradual até 2032, conforme a regra de transição federativa);

c. Regime específico financeiro: as operações da Instituição serão tributadas pelo regime específico de serviços financeiros (artigos 384 a 396 da LC 214/25). Este regime prevê a incidência dos impostos CBS e IBS sobre a receita de prestação de serviços e sobre a margem financeira (*spread*), permitindo a dedução de despesas financeiras relacionadas, conforme critérios de não cumulatividade próprios do setor; e

d. Mensuração de impactos: a Administração entende que a reforma representa uma alteração estrutural no sistema tributário nacional. No entanto, o impacto financeiro quantitativo e os efeitos sobre o valor de recuperação de ativos fiscais ainda não são passíveis de estimativa precisa, uma vez que as alíquotas de referência e as resoluções do Comitê Gestor do IBS ainda aguardam definição.

2.3. Estimativas utilizadas

Na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, das receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1. Consolidação

Entidades controladas são todas as entidades às quais o Banco está exposto (ou tem direitos) a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. Uma avaliação de controle é realizada de forma contínua. A entidade controlada é consolidada a partir da data em que o controle é estabelecido até a data em que o controle deixa de existir.

2.3.2. Perda de crédito esperada

Em cada data de apresentação, o Banco avalia se os ativos financeiros tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O Banco considera um ativo financeiro inadimplente, ou seja, que é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma), nos seguintes casos:

- Ativo financeiro com mais de 90 dias de atraso;
- Ativo financeiro renegociado com mais de 30 dias de atraso; e
- Ativo financeiro referente a clientes em litígio com o Banco ou clientes com óbito confirmado.

O período máximo na estimativa de perda de crédito é o período durante o qual o Banco está exposto ao risco de crédito e há expectativa de recuperação significativa dos valores a receber.

Aumento significativo no risco de crédito: o Banco avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como o tipo e as características do produto, considerando os seguintes critérios como fatores mínimos:

- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias, *trigger* relativos e absolutos; e
- Estágios 1 ou 2 para estágio 3: conforme definição de estágios na nota 3.5.

Cada instrumento financeiro tem suas características de aumento significativo de risco avaliadas individualmente pelo Banco para fins de classificação em estágios. Os parâmetros de provisionamento atribuídos aos instrumentos financeiros, nos diferentes estágios, são dados por modelagem coletiva, por agrupamentos com base em características de risco de crédito homogêneas.

Cenários macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

2.3.3. Modificação de ativos financeiros

Os fatores utilizados para determinar se houve alteração substancial do contrato são: modificação nos fluxos de caixa contratuais e extensão significativa do prazo da operação devido às dificuldades financeiras do devedor, alterações significativas na taxa de juros e mudança na moeda em que a operação é denominada.

2.3.4. Transferência de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando todos os riscos e benefícios de sua propriedade são transferidos. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Banco não realizou transferência de ativos financeiros.

2.3.5. Baixa de ativos financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a utilização da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na demonstração consolidada do resultado do Banco. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na demonstração consolidada do resultado.

2.3.6. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Banco irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos. Todos os ativos fiscais estão reconhecidos na contabilidade, ou seja, o Banco não possui créditos não ativados.

2.3.7. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e, em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

2.3.8. Provisões, contingências e obrigações legais

O Banco revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como perdas "prováveis" são registradas na rubrica "provisões".

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

2.3.9. Derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Banco não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos e, assim, não possui contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

3. Principais políticas contábeis

3.1. Base para consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (data em que o Banco adquire controle) até a data em que o Banco deixa de exercer o controle sobre a controlada.

Controladas

Uma controlada é uma entidade sobre a qual o Banco exerce o controle, direta ou indiretamente. Uma entidade é controlada quando o Banco é exposto (ou tem direitos) a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. O Banco considera todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se controla uma subsidiária, tais como direitos resultantes de acordos contratuais ou potenciais direitos de voto substanciais detidos pelo Banco.

Os resultados da controlada, adquiridos durante o exercício, estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição do controle.

No país	Moeda funcional	Atividade	Participação
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	Real	Corretora de Seguros	100,00%

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente, com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data das demonstrações financeiras consolidadas.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos em instituições financeiras, incluindo as disponibilidades, bem como aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, bem como possuem prazo total de aplicação de até 90 dias a partir da data da aplicação. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.5. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Banco passou a adotar a IFRS, para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

a. Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;

b. VJORA: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; e

c. VJR: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação depende de:

a. Os modelos de negócios para a gestão de ativos financeiros; e

b. As características de seus fluxos de caixa (Somente Pagamento de Principal e Juros – SPPJ).

Modelos de Negócios: Os Modelos de Negócios do Banco representam a forma como os ativos financeiros são geridos, considerando: a. os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio; b. como os gestores do negócio são remunerados; e c. como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Teste SPPJ: Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o teste SPPJ, para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao VJR.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco avaliou o modelo de negócio dos seus ativos financeiros e identificou que os fundos de investimento se enquadram no conceito de VJR mencionado acima.

Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento e provisão para perdas esperadas de instrumentos com risco de crédito:

As operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos são classificadas e mensuradas ao custo amortizado.

O Banco avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros.

A perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber.

A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior.

Estágio 1: o Banco classifica neste estágio o instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial;

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência). Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias), *trigger* relativos e absolutos; e

Estágio 3: Compreende os ativos com evidência de problema de recuperação de crédito, caracterizado como *default* (conforme apresentado na nota 2.3.2.). Também são classificados como estágio 3, os ativos financeiros vinculados à mesma contraparte, caso o saldo do ativo problemático represente uma parcela relevante da exposição.

Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O Banco classifica a hierarquia de valor justo, conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Banco transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Segundo a IFRS 13, a mensuração de valor justo utiliza uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Na ausência de um mercado principal, os ativos e passivos podem ser negociados no mercado mais vantajoso;

Nível 2: são os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Se o ativo ou o passivo tiver prazo determinado (contratual), a informação classificada nesse nível deve ser observável, substancialmente, pelo prazo integral do ativo ou passivo; e

Nível 3: são derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo, assim, situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Risco de crédito: Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam o Banco ao risco de crédito, consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. O Banco mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com os critérios e objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As exposições do Banco aos riscos de crédito estão divulgadas na nota 25.3.

Novos critérios para *Stop Accrual*

Conforme disposto na IFRS 9, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receitas ainda não recebidas associadas a ativos financeiros que apresentem problemas de recuperação de crédito. Nesses casos, aplica-se o procedimento de *Stop Accrual*, que determina a interrupção do reconhecimento de juros. O procedimento passa a ser adotado a partir do enquadramento na classificação de ativo problemático ou *default*.

Taxa de juros efetiva

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

O Banco avaliou que até o momento não há impacto sobre a taxa efetiva de juros. Ainda assim, permanece atento às possíveis alterações nos cenários macroeconômicos que possam vir a influenciar tal indicador.

3.6. Ativos e passivos

Estão apresentados pelo valor de realização, acrescidos, quando aplicável, de rendimentos e variações monetárias.

3.7. Outros ativos

São representados, substancialmente, por valores pagos relativos à contratação de licença de uso de *software*, antecipação de despesas de prestação de serviços de processamento de dados e seguros contratados. Tais valores são apropriados ao resultado pelo prazo previsto contratualmente.

Fazem parte também do grupo de despesas antecipadas os custos com origem na aquisição de clientes do Banco. Tais custos são amortizados levando-se em consideração o prazo médio de durabilidade do ciclo de vida dos produtos, assim como o percentual observado de ativação dos plásticos.

3.8. Ativo imobilizado

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens, detalhadas na nota 8, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada, bem como a avaliação interna da Administração.

3.9. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade e são registrados pelo custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, detalhadas na nota 12, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada, bem como a avaliação interna da Administração.

3.10. Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (*Impairment*)

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

3.11. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados por valores das exigibilidades, considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras consolidadas, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os valores e prazos estão demonstrados na nota 10.

3.12. Operações de arrendamento

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica "Outros passivos", que corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao ativo de direito de uso, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica de "Outras receitas (despesas)".

3.13. Provisões, contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com a IAS 37, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências cíveis:

a. As ações cíveis massificadas (Juizado Especial Cível - JEC e Vara Cível), com risco acima de R\$ 25 mil são provisionadas na totalidade do risco provável apurado pela assessoria jurídica;

b. Para as demais ações cíveis massificadas (JEC e Vara Cível), o Banco adota a metodologia de *ticket* médio calculado trimestralmente, levando em consideração a média de perda dos últimos 12 meses. Considera-se média de perda, a média de pagamento multiplicado pelo percentual de favorabilidade ao autor;

c. Para as ações cíveis especiais em razão da matéria (Ação Civil Pública, Anulatória e Execução Fiscal), a avaliação de risco é feita de forma individual, conforme análise dos assessores jurídicos e da Administração. Nestes casos, é provisionado o valor integral do risco provável apurado pela assessoria; e

d. Para os processos administrativos, a avaliação de risco é realizada de forma individual, baseada na opinião dos assessores jurídicos e da Administração. Nestes casos, é provisionado o valor integral do risco.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências trabalhistas:

a. Na constituição da provisão para processos trabalhistas com valor reclamado abaixo de R\$ 1 milhão, aplica-se a taxa estatística calculada trimestralmente, a qual, em resumo, considera o percentual do valor total pago versus o valor total reclamado do período de 24 meses, dos casos elegíveis à aplicação da taxa estatística, por categoria: a. hierarquia; b. operacional; e c. terceiro insolvente (TIN); e

b. Para os processos trabalhistas com pedido acima de R\$ 1 milhão, Ministério Público do Trabalho e reclamações sindicais, aplica-se a análise individualizada do risco envolvido de cada processo.

• **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

3.14. Benefícios pós-emprego

O Banco participa de plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, seguindo a IAS 19 – Benefícios a Empregados.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) foram constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda de 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mil no mês, e contribuição social de 20%. Adicionalmente, foram constituídos créditos tributários às mesmas alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para a compensação desses créditos.

3.16. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital

O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o preço da ação na data de outorga.

3.17. Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes, substitui a IAS 18 – Receita e a IAS 11 – Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente.

3.18. Informações por segmentos

A IFRS 8 requer a divulgação de informações por segmentos operacionais de uma entidade derivada do sistema de relatórios internos. Essas informações são utilizadas pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para orientar a alocação de recursos entre os segmentos e avaliar o desempenho de cada um deles.

O Banco oferece aos seus clientes serviços de empréstimo pessoal, cartões de crédito "Carrefour", "Atacadão" e "Sam's Club" e serviços de seguros por meio da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda., na qual detém participação.

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Soluções Financeiras	Seguros	Total	Soluções Financeiras	Seguros	Total
Resultado líquido de juros	4.325.276	18.117	4.343.393	3.173.269	13.797	3.187.066
Provisão para perda esperada	(3.523.736)	-	(3.523.736)	(2.464.257)	-	(2.464.257)
Receitas (despesas) operacionais	(211.139)	280.657	69.518	(275.155)	229.691	(45.464)
Resultado operacional	590.401	298.774	889.175	433.857	243.488	677.345
Outras receitas (despesas)	7.293	1.032	8.325	(99.238)	327	(98.911)
Imposto renda e contribuição social	(222.872)	(101.559)	(324.431)	(117.199)	(80.934)	(198.133)
Lucro líquido	374.822	198.247	573.069	217.420	162.881	380.301

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Conta de pagamento instantâneo ^(a)	447.342	88.672
Disponibilidades ^(b)	2.142	13.484
Total	449.484	102.156

(a) Taxa de remuneração 100% Selic over.

(b) Refere-se, substancialmente, a recursos mantidos em moeda americana, já convertidos em moeda nacional, no montante de R\$ 1.255.

5. Ativos financeiros ao custo amortizado

Operações de crédito incluem a carteira em dia com incidência de juros (crédito pessoal, saque, parcelamento de fatura e compras parceladas com juros), a carteira inadimplente e a carteira em *default*. Outros ativos financeiros - valores a receber relativos a transações de pagamento - incluem a carteira em dia sem nenhuma incidência de juros, por isso, a menor concentração de risco e provisão.

5.1. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento

As informações da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, estão assim sumarizadas:

5.1.1. Composição da carteira por tipo de operação - pessoas físicas

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos	17.319.584	821.047	18.140.631	13.996.696	668.451	14.665.147
Valores a receber relativos a transações de pagamento ^(a)	13.738.413	651.279	14.389.692	13.085.455	624.932	13.710.387
Total de operações de crédito	31.057.997	1.472.326	32.530.323	27.082.151	1.293.383	28.375.534
(-) PECLD	(11.802.249)	(348.264)	(12.150.513)	(9.297.424)	(286.177)	(9.583.601)
Total de provisão para PECLD	(11.802.249)	(348.264)	(12.150.513)	(9.297.424)	(286.177)	(9.583.601)
Total de operações de crédito	19.255.748	1.124.062	20.379.810	17.784.727	1.007.206	18.791.933

(a) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros).

5.1.2. Composição da carteira por estágio

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Operações de crédito	(-) PECLD	Total de operações de crédito	Operações de crédito	(-) PECLD	Total de operações de crédito
Estágio 1	17.245.275	(1.013.079)	16.232.196	16.402.051	(926.533)	15.475.518
Estágio 2	2.283.437	(742.780)	1.540.657	1.859.254	(594.409)	1.264.845
Estágio 3	13.001.611	(10.394.654)	2.606.957	10.114.229	(8.062.659)	2.051.570
Total	32.530.323	(12.150.513)	20.379.810	28.375.534	(9.583.601)	18.791.933

Durante o exercício de 2025, o Banco reconheceu baixas por *Write-Off* destacadas na nota 5.1.4., com efeito tanto na carteira de crédito, quanto no estoque de provisão para perdas esperadas de crédito.

A composição da carteira por estágio mostra que, em termos percentuais, a representatividade dos estágios se manteve em relação ao exercício anterior. Contudo, em termos absolutos, foi observado um aumento no volume total da carteira, refletindo o crescimento natural das operações e maturidade dos contratos. Esses fatores indicam uma evolução consistente no perfil da carteira, alinhada às expectativas de crescimento e manutenção de risco.

5.1.3. Movimentação da carteira

Movimentação	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14.212.954	1.543.247	8.463.133	24.219.334
Transferências - Estágio 1 ^(a)	-	598.417	1.350.512	1.948.929
Transferências - Estágio 2 ^(a)	(598.417)	-	393.805	(204.612)
Transferências - Estágio 3 ^(a)	(1.350.512)	(393.805)	-	(1.744.317)
Aquisição/Liquidação	4.138.026	111.395	592.654	4.842.075
Baixa para prejuízo	-	-	(685.875)	(685.875)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16.402.051	1.859.254	10.114.229	28.375.534
Transferências - Estágio 1 ^(a)	-	4.560.277	55.070	4.615.347
Transferências - Estágio 2 ^(a)	(4.560.277)	-	4.287.750	(272.527)
Transferências - Estágio 3 ^(a)	(55.070)	(4.287.750)	-	(4.342.820)
Aquisição/Liquidação	5.458.571	151.656	(696.369)	4.913.858
Baixa para prejuízo	-	-	(759.069)	(759.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	17.245.275	2.283.437	13.001.611	32.530.323

(a) Transferência líquida entre Estágios.

5.1.4. Movimentação da PECLD

Movimentação	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(759.662)	(477.190)	(6.680.775)	(7.917.627)
Transferências - Estágio 1 ^(a)	-	(34.216)	(122.641)	(156.857)
Transferências - Estágio 2 ^(a)	34.216	-	(57.100)	(22.884)
Transferências - Estágio 3 ^(a)	122.641	57.100	-	179.741
Constituição/Reversão	(323.728)	(140.103)	(1.888.018)	(2.351.849)
Baixa para prejuízo	-	-	685.875	685.875
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(926.533)	(594.409)	(8.062.659)	(9.583.601)
Transferências - Estágio 1 ^(a)	-	(2.516.376)	(94.096)	(2.610.472)
Transferências - Estágio 2 ^(a)	2.516.376	-	(3.313.488)	(797.112)
Transferências - Estágio 3 ^(a)	94.096	3.313.488	-	3.407.584
Constituição/Reversão	(2.697.018)	(945.483)	316.506	(3.325.995)
Baixa para prejuízo	-	-	759.083	759.083
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(1.013.079)	(742.780)	(10.394.654)	(12.150.513)

(a) Transferência líquida entre Estágios.

6. Ativos financeiros ao valor justo

As letras financeiras do tesouro são mensuradas pelo VJORA, pois o Banco adota, como modelo de negócio, manter os ativos tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais de principal e juros, como pela venda dos títulos.

As aplicações em fundos de investimento não possuem fluxo de caixa contratual proveniente apenas de principal e juros, sendo o ganho, predominantemente gerado pela valorização de cotas em relação ao preço de aquisição, sendo elas mensuradas pelo VJR.

A carteira de títulos e valores mobiliários é composta como segue:

Descrição	31/12/2025					
	Valores por prazo de vencimento					
	Valor justo					Total
	Custo amortizado	Ajuste ao VJORA	Ajuste ao VJR	Circulante	Não circulante	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT^(a):						
Carteira livre	658.820	382	-	543.673	115.529	659.202
Vinculados a operações compromissadas	270.137	376	-	-	270.513	270.513
Vinculados a garantias	595	1	-	-	596	596
Aplicação em fundos de investimento^(b):						
Carteira própria	4.700	-	1.355	-	6.055	6.055
Total	934.252	759	1.355	543.673	392.693	936.366

Descrição	31/12/2024					
	Valores por prazo de vencimento					
	Valor justo					Total
	Custo amortizado	Ajuste ao VJORA	Ajuste ao VJR	Circulante	Não circulante	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT^(a):						
Carteira livre	608.415	255	-	1.266	607.404	608.670
Vinculados a operações compromissadas	319.912	178	-	-	320.090	320.090
Vinculados a garantias	522	-	-	522	-	522
Aplicação em fundos de investimento^(b):						
Carteira própria	4.700	-	1.602	-	6.302	6.302
Total	933.549	433	1.602	1.788	933.796	935.584

(a) As operações são classificadas como Nível 1.

(b) As operações são classificadas como Nível 2.

O valor justo das letras financeiras do tesouro registradas na categoria VJORA foi apurado com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e os fundos de investimento foram apurados a partir do valor das cotas, divulgado pelos seus administradores. O ganho não realizado para estes títulos na data-base foi de R\$ 2.114 (31/12/2024: R\$ 2.035), impactando positivamente o patrimônio líquido do Banco em R\$ 417 (31/12/2024: R\$ 238) e impactando positivamente o resultado do Banco em R\$ 746 (31/12/2024: R\$ 881), líquido dos efeitos tributários.

7. Outros ativos

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Despesas antecipadas ^(a)	125.548	91.996	217.544	114.923	63.811	178.734
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 22)	85.329	-	85.329	123.717	-	123.717
Impostos a compensar	65.353	-	65.353	97.501	-	97.501
Rendas a receber	45.746	-	45.746	30.416	-	30.416
Depósitos em garantia - CSLL	25.858	-	25.858	24.163	-	24.163
Crédito em confiança	15.273	-	15.273	30.388	-	30.388
Outros depósitos em garantia ^(b)	4.260	8.392	12.652	4.095	7.735	11.830
Devedores diversos no país ^(c)	11.583	-	11.583	53.080	-	53.080
Recebíveis E-commerce	9.234	-	9.234	-	-	-
Incentivo a receber das Bandeiras	1.758	-	1.758	7.015	-	7.015
Adiantamentos e antecipações salariais	1.131	-	1.131	98	-	98
Total	391.073	100.388	491.461	485.396	71.546	556.942

(a) Refere-se, substancialmente, a valores de despesas de aquisição de novos clientes e emissão de novos cartões.

(b) Refere-se, substancialmente, a depósitos para garantia de reclamações trabalhistas, no montante de R\$ 8.666 (31/12/2024: R\$ 808), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, no montante de R\$ 2.920 (31/12/2024: R\$ 2.826), e a valores de depósitos de processos cíveis, no montante de R\$ 209 (31/12/2024: R\$ 7.386).

(c) Refere-se, substancialmente, a valores a receber das bandeiras sobre aliança estratégica, no montante de R\$ 10.558 (31/12/2024: R\$ 5.625), recebimento de clientes em trânsito, no montante de R\$ 674 (31/12/2024: R\$ 8.496) e valores a receber - APAG, no montante de R\$ 29 (31/12/2024: R\$ 37.272).

8. Imobilizado

8.1. Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	31/12/2025			31/12/2024		
		Custo	Depreciação	Valor contábil	Custo	Depreciação	Valor contábil
Instalações	10%	29.999	(8.047)	21.952	23.468	(5.775)	17.693
Sistema de processamento de dados	De 12,5% a 33,3%	104.715	(86.024)	18.691	131.151	(90.599)	40.552
Móveis e equipamentos de uso	De 10% a 20%	6.666	(4.077)	2.589	6.342	(3.609)	2.733
Direito de uso de arrendamento	De 11,1% a 25%	3.043	(1.187)	1.856	3.044	(571)	2.473
Sistema de comunicação	De 10% a 20%	1.304	(1.003)	301	1.192	(885)	307
Sistema de segurança	20%	582	(477)	105	544	(449)	95
Total		146.309	(100.815)	45.494	165.741	(101.888)	63.853

8.2. Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Custo		Depreciação		Saldo em 31/12/2025
		Aquisição	Baixa (a)	Despesa	Baixa (a)	
Instalações	17.693	6.896	(365)	(2.511)	239	21.952
Sistema de processamento de dados	40.552	7.713	(34.148)	(9.504)	14.079	18.692
Móveis e equipamentos de uso	2.733	501	(178)	(591)	122	2.587
Direito de uso de arrendamento	2.473	-	-	(616)	-	1.857
Sistema de comunicação	307	112	-	(118)	-	301
Sistema de segurança	95	37	-	(27)	-	105
Total	63.853	15.259	(34.691)	(13.367)	14.440	45.494

(a) Refere-se, substancialmente, às baixas por perdas de POS ("Point of Sales").

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Custo		Depreciação		Saldo em 31/12/2024
		Aquisição	Baixa (a)	Despesa	Baixa (a)	
Sistema de processamento de dados	86.523	4.294	(65.008)	(25.461)	40.204	40.552
Instalações	8.021	11.146	(55)	(1.452)	33	17.693
Móveis e equipamentos de uso	3.191	120	(153)	(573)	148	2.733
Direito de uso de arrendamento	11.999	3.116	(24.430)	(2.244)	14.032	2.473
Sistema de comunicação	361	60	(522)	(110)	518	307
Sistema de segurança	-	106	(31)	(11)	31	95
Total	110.095	18.842	(90.199)	(29.851)	54.966	63.853

(a) Refere-se, substancialmente, às baixas por perdas de POS ("Point of sales") e distrato de aluguel da antiga sede.

A depreciação é realizada pelo método linear, pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e pelo período do contrato, para o ativo de direito de uso de arrendamento.

9. Intangível

9.1. Composição do ativo intangível

Descrição	Taxas anuais de amortização	31/12/2025			31/12/2024		
		Custo	Amortização	Valor contábil	Custo	Amortização	Valor contábil
Direito de exclusividade	7%	825.000	(481.620)	343.380	825.000	(428.108)	396.892
Softwares e sistemas desenvolvidos	De 12,5% a 20%	602.935	(263.638)	339.297	579.911	(242.765)	337.146
Softwares e sistemas em desenvolvimento	-	128.711	-	128.711	114.489	-	114.489
Total		1.556.646	(745.258)	811.388	1.519.400	(670.873)	848.527

9.2. Movimentação do ativo intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2024	Custo			Amortização		Saldo em 31/12/2025
		Aquisição	Baixa (a)	Transferência para utilização	Despesa	Baixa (a)	
Direito de exclusividade	396.892	-	-	-	(53.512)	-	343.380
Softwares e sistemas desenvolvidos	337.146	-	(91.647)	114.671	(75.162)	54.289	339.297
Softwares e sistemas em desenvolvimento	114.489	128.893	-	(114.671)	-	-	128.711
Total	848.527	128.893	(91.647)	-	(128.674)	54.289	811.388

(a) Refere-se, substancialmente, às baixas de projetos descontinuados.

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Aquisição	Custo		Amortização		Saldo em 31/12/2024
			Baixa ^(a)	Transferência para utilização	Despesa	Baixa ^(a)	
Direito de exclusividade	450.408	-	-	-	(53.516)	-	396.892
Softwares e sistemas desenvolvidos	221.136	10.126	(19.572)	182.242	(59.449)	2.663	337.146
Softwares e sistemas em desenvolvimento	169.373	127.358	-	(182.242)	-	-	114.489
Total	840.917	137.484	(19.572)	-	(112.965)	2.663	848.527

(a) Refere-se, substancialmente, às baixas de projetos descontinuados.

Os ativos intangíveis, referem-se à aquisição, desenvolvimento de software e direito de exclusividade, destinados à manutenção da atividade do Banco e implementação de novos produtos.

O direito de exclusividade, refere-se ao valor pago ao Atacadão S.A. pela exclusividade na oferta e distribuição de serviços financeiros pelo Banco.

A amortização é realizada pelo método linear, pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e desenvolvimento de software e pelo período de dezesseis anos para o ativo de direito de exclusividade, durante o qual espera-se que os benefícios futuros sejam substancialmente alcançados.

De acordo com a avaliação elaborada pela Administração sobre os ativos intangíveis, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

10. Passivos financeiros

10.1. Depósitos à vista

Valores de saldo credor em faturas de cartões de crédito referentes a pagamentos efetuados a maior pelos clientes, no montante de R\$ 21.566 (31/12/2024: R\$ 18.413).

10.2. Depósitos a prazo

As captações na modalidade Certificado de Depósito Bancário (CDB), por intermédio de corretoras, à taxa média de juros pós-fixada de 102,44% do DI (31/12/2024: 102,35% do DI) e taxa média de juros pré-fixada de 15,29% a.a. em 31 de dezembro de 2025, para os CDBs pré-fixados (31/12/2024: 12,35% a.a.).

Prazo de vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Até 3 meses	690.280	40.007
De 3 a 12 meses	601.185	56.004
De 1 a 3 anos	360.249	393.229
Total	1.651.714	489.240

10.3. Depósitos interbancários

As captações na modalidade Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) foram realizadas em condições de mercado, à taxa média de DI -0,10% a.a. (31/12/2024: DI +0,25% a.a.).

Prazo de vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Até 3 meses	-	500.231
De 3 a 12 meses	458.124	-
Acima de 12 meses	250.090	-
Total	708.214	500.231

10.4. Captações no mercado aberto

As captações no mercado aberto foram realizadas à taxa Selic de 15,00% a.a. (31/12/2024: 12,25% a.a.).

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (até 3 meses)	269.943	319.315
Total	269.943	319.315

10.5. Recursos de aceites e emissão de títulos

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor na data da captação
2024	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2026	De DI +0,54% a.a. até DI +0,58% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 800.000
2025	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2027	De DI +0,45% a.a. até DI +0,50% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R\$ 400.000

Os valores captados estão acrescidos das despesas auferidas até a data das demonstrações financeiras consolidadas, calculadas *pro rata* dia.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as letras financeiras estavam compostas como segue:

Prazo de vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Até 3 meses	374.942	409.059
De 3 a 12 meses	614.629	888.349
De 1 a 3 anos	449.401	860.815
Total	1.438.972	2.158.223

10.6. Outros passivos financeiros

Valores a pagar a adquirentes, relativos às transações realizadas com cartão de crédito bandeirado e conta digital.

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recebimentos e pagamentos a liquidar - Arranjo de pagamento	11.326.482	37.911	11.364.393	10.296.292	28.794	10.325.086
Total	11.326.482	37.911	11.364.393	10.296.292	28.794	10.325.086

11. Outros passivos

11.1. Sociais e estatutárias

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não houve saldos referente a dividendos e bonificações a pagar.

11.2. Outras obrigações fiscais

Descrição	Aliquota	31/12/2025			31/12/2024		
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
COFINS	4,00%	25.148	-	25.148	45.661	-	45.661
Impostos e contribuições sobre salários	-	18.590	1.915	20.505	14.670	1.280	15.950
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	-	7.407	-	7.407	5.611	-	5.611
IOF	De 0,38% a 3,50%	5.760	-	5.760	5.003	-	5.003
PIS	0,65%	4.206	-	4.206	9.781	-	9.781
ISS	De 2,00% a 5,00%	3.492	-	3.492	3.338	-	3.338
IRRF	25,00%	1.459	-	1.459	1.401	-	1.401
Total		66.062	1.915	67.977	85.465	1.280	86.745

11.3. Outros passivos

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a repassar a bancos referente a créditos cedidos ^(a)	1.502.460	-	1.502.460	2.230.452	90.896	2.321.348
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 22) ^(b)	802.674	62.084	864.758	225.533	17.619	243.152
Credores diversos - País ^(c)	491.743	181.153	672.896	460.002	174.083	634.085
Obrigações por transações de pagamento ^(d)	233.470	3.527	236.997	348.316	55.111	403.427
Provisão para despesas de pessoal	69.328	2.965	72.293	53.822	2.444	56.266
Passivo de arrendamento	677	1.651	2.328	583	2.333	2.916
Custos de desmobilização de imóvel	-	250	250	251	-	251
Total	3.100.352	251.630	3.351.982	3.318.959	342.486	3.661.445

(a) Refere-se a repasses de valores a bancos sobre créditos cedidos pela empresa do Grupo (Carrefour, Atacadão e BIG), que não sofreram alterações no prazo de pagamento ou incremento de taxa de juros, houve somente troca de titularidade.

(b) Refere-se, substancialmente, a valores de compras de clientes realizadas nas lojas Carrefour, Atacadão e Sam's Club que serão repassadas para essas instituições, no montante de R\$ 833.629 (31/12/2024: R\$ 197.261), a pagamentos por serviços prestados, no montante de R\$ 25.769 (31/12/2024: R\$ 24.073) e incentivo de venda, no montante de R\$ 1.691 (31/12/2024: R\$ 8.099).

(c) Refere-se, substancialmente, a contas a pagar a fornecedores, no montante de R\$ 297.648 (31/12/2024: R\$ 317.585), provisões com riscos operacionais, no montante de R\$ 181.153 (31/12/2024: R\$ 174.083) e contas a pagar às bandeiras Visa e Mastercard, no montante de R\$ 127.160 (31/12/2024: R\$ 83.330).

(d) Refere-se a repasses de valores a lojistas, referentes a compras de clientes realizadas no marketplace.

12. Provisões, contingências e obrigações legais

12.1. Ativos contingentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o Banco não identificou ativos contingentes.

12.2. Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3.13. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

12.2.1. Classificação dos passivos contingentes

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Compromissos de empréstimos ^(a)	-	636.425	636.425	-	438.683	438.683
Provisões para contingências cíveis	14.729	15.956	30.685	13.549	14.678	28.227
Provisões para contingências trabalhistas	6.946	7.525	14.471	4.024	4.359	8.383
Outras provisões - FGTS	-	368	368	-	338	338
Provisões para contingências fiscais	-	233	233	-	241	241
Total	21.675	660.507	682.182	17.573	458.299	475.872

(a) Com a aplicação da IFRS 9, o Banco passou a reconhecer uma provisão sobre os compromissos de empréstimos referentes às linhas de créditos concedidas aos clientes dos cartões de crédito Carrefour, Atacadão e Sam's Club apresentadas nos compromissos futuros. O montante de limite de cartão de crédito concedido (Off Balance) era de R\$ 17.842.554 (31/12/2024: R\$ 16.185.061).

12.2.2. Movimentação dos passivos contingentes

Descrição	Fiscais	Cíveis ^(a)	Trabalhistas ^(a)	Outras provisões	Compromissos Contingentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	29.038	10.518	313	326.275	366.144
Constituição	226	29.420	8.592	25	130.739	169.002
Atualização monetária	32	1.610	2.477	-	-	4.119
Reversão	(17)	(20.751)	(6.469)	-	(18.331)	(45.568)
Realização	-	(11.090)	(6.735)	-	-	(17.825)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	241	28.227	8.383	338	438.683	475.872
Constituição	6	26.211	9.950	30	361.062	397.259
Atualização monetária	7	1.333	2.124	-	-	3.464
Reversão	(21)	(16.065)	(4.746)	-	(163.320)	(184.152)
Realização	-	(9.021)	(1.240)	-	-	(10.261)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	233	30.685	14.471	368	636.425	682.182

(a) Nas ações cíveis que envolvem disputas, principalmente, relativas a danos morais e materiais e nas ações trabalhistas que envolvem disputas relativas a processos de funcionários do Banco, o montante provisionado representa a avaliação da Administração do Banco sobre as perdas prováveis esperadas nessas ações.

12.2.3. Cronograma esperado de desembolsos

Descrição	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Outras provisões	Compromissos Contingentes	Total
Até 1 ano	-	14.729	6.946	-	-	21.675
De 1 a 3 anos	233	15.956	7.525	368	636.425	660.507
Total	233	30.685	14.471	368	636.425	682.182

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

12.2.4. Causas possíveis

O valor das causas fiscais, com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 62.723 (31/12/2024: R\$ 58.119), que refere-se, substancialmente, a pedidos de compensação de CSLL e recolhimento de ISS.

O valor de risco das causas cíveis com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 7.661 (31/12/2024: R\$ 6.514).

O valor de risco das causas trabalhistas com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 2.043 (31/12/2024: R\$ 2.260).

13. Patrimônio líquido

De acordo com a Lei nº 6.404/76, o Banco propôs aumento de capital no montante de R\$ 250.000, com base em reservas estatutárias, sem emissão de novas ações. A proposta foi aprovada pelos acionistas durante a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 31 de dezembro de 2025, e foi aprovada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de fevereiro de 2026.

O valor do capital social no exercício é de R\$ 2.192.000 e está dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

13.1. Reserva de capital

Visa garantir o pagamento de valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidadas com a entrega de instrumentos patrimoniais.

Em 31 de dezembro de 2025, as reservas de capital do Banco, são compostas pelos planos de remuneração baseados em ações, conforme detalhado na nota 23.5.

13.2. Reserva de lucros

Reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Além disso, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária

Visa garantir meios financeiros para a operação do Banco, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

13.3. Outros resultados abrangentes

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios pós-emprego	517	365
Ajuste ao valor justo - TVM	417	238
Total	934	603

13.4. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira do Banco, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para o Banco ou não atenda aos requisitos mínimos de Basileia.

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 13 de fevereiro de 2025, os acionistas aprovaram a proposta da Administração pela não distribuição de dividendos para BSF Holding S.A., referente ao lucro gerado nos exercícios de 2025 a 2027.

14. Receitas com juros e similares

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Rendas de empréstimos	4.649.884	3.426.631
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	126.088	98.748
Recuperação de créditos - renegociação	40.142	26.435
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	28.300	12.950
Total	4.844.414	3.564.764

15. Despesas de juros e similares

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de letras financeiras	(237.182)	(276.484)
Despesas de depósitos a prazo	(179.494)	(52.483)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(56.059)	(19.804)
Despesas de operações compromissadas	(27.590)	(28.812)
Perdas em operações com títulos e valores mobiliários	(696)	(115)
Total	(501.021)	(377.698)

16. Receitas de prestação de serviços

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Rendas de intercâmbio ^(a)	899.178	821.073
Rendas de tarifa bancária ^(b)	781.657	708.719
Comissão sobre intermediação na venda de seguros	365.059	316.495
Serviços prestados a ligadas (nota 22) ^(c)	208.095	189.013
Tarifa de pacote SMS	126.185	118.331
APAG e outros serviços	4.458	2.797
Total	2.384.632	2.156.428

(a) Refere-se às rendas de comissões sobre compras nacionais e internacionais, pagas pelos adquirentes ao Banco emissor do cartão utilizado.

(b) Refere-se, substancialmente, às receitas de tarifa de anuidade no montante de R\$ 781.046 (31/12/2024: R\$ 707.742).

(c) Refere-se às rendas de comissões sobre as compras, com ou sem juros, realizadas por clientes nas lojas Carrefour, Atacadão e Sam's Club, com cartões emitidos pelo Banco.

17. Despesas de pessoal

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Proventos	(170.305)	(134.385)
Encargos sociais	(63.016)	(43.083)
Benefícios	(33.725)	(23.530)
Treinamento	(727)	(419)
Total	(267.773)	(201.417)

18. Outras despesas administrativas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com serviços de terceiros ^(a)	(539.499)	(566.370)
Despesas de processamento de dados ^(b)	(347.329)	(362.283)
Despesas com serviços técnicos especializados ^(c)	(90.884)	(84.529)
Despesas de propaganda e publicidade	(67.855)	(75.850)
Despesas de comunicações	(39.809)	(46.141)
Despesas de aluguéis	(35.604)	(39.576)
Despesas com materiais	(31.557)	(33.023)
Despesas com filantropias	(23.125)	(4.507)
Despesas com honorários administrativos	(17.635)	(14.992)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(17.242)	(23.173)
Despesas com associação de classes	(4.672)	(3.019)
Despesas com manutenção de bens	(3.851)	(7.089)
Despesas com transportes	(2.165)	(2.437)
Despesas com brindes	(2.123)	(1.844)
Despesas de custas judiciais	(1.402)	(1.621)
Despesas com seguro de compras de funcionários	(1.200)	(1.303)
Outras	(2.500)	(3.750)
Total	(1.228.452)	(1.271.507)

(a) Refere-se, substancialmente, às despesas com correspondentes bancários no país, no montante de R\$ 330.130 (31/12/2024: R\$ 342.403) e serviços de cobrança no montante de R\$ 199.418 (31/12/2024: R\$ 217.434).

(b) Refere-se, substancialmente, às despesas com processamento das operações de cartão de crédito.

(c) Refere-se, substancialmente, às despesas com consultorias, honorários advocatícios, auditoria e assessorias.

19. Despesas tributárias

Descrição	Aliquota	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	4,00%	(292.919)	(244.263)
PIS	0,65%	(48.950)	(40.804)
ISS	De 2,00% a 5,00%	(47.006)	(42.593)
Impostos no exterior e taxas diversas	-	(1.297)	(3.055)
Total		(390.172)	(330.715)

20. Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais		
Recuperação de custos de comissões de seguros	35.053	38.561
Participação nos lucros com venda de seguros	18.196	13.552
Variação cambial ativa	4.093	4.216
Outras rendas operacionais	1.963	780
Incentivo recebido das bandeiras	1.930	6.807
Reversão de provisão de riscos operacionais	1.501	1.126
Rendas com descontos obtidos	233	4.153
Outras despesas operacionais		
Intercâmbio nacional e internacional ^(a)	(150.426)	(133.935)
Bonificações	(60.403)	(57.041)
Baixa de ativos	(57.610)	(41.693)
Perdas operacionais	(23.127)	(28.925)
Transmissão de dados	(21.009)	(21.177)
Despesas com acordos cíveis	(7.446)	(6.274)
Despesas com fraudes	(5.156)	(7.518)
Outras despesas operacionais ^(b)	(4.975)	(3.791)
Incentivos de vendas	(2.062)	(8.099)
Multas	(1.039)	(3.369)
Variação cambial passiva	(1.027)	(1.784)
Total	(271.311)	(244.411)

(a) Refere-se às despesas incorridas pela utilização da marca das bandeiras Visa e Mastercard.

(b) Refere-se, substancialmente, a crédito em confiança, despesas de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), recompra de operações cedidas, despesas com comissões sobre compras parceladas com juros e tarifas cobradas pelos adquirentes por recebimento de faturas.

21. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL)

21.1. Despesas com impostos e contribuições

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do IRPJ e CSLL	897.500	578.434
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(403.875)	(260.295)
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	620	1.828
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes		
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis	(14.828)	(4.244)
PLR dos estatutários	(1.911)	(960)
Perdas operacionais	(233)	(243)
Diferença de alíquota de entidade consolidada	32.979	26.820
Lei de inovação tecnológica nº 11.196/05	29.400	30.291
Deduções de incentivos / subvenções fiscais	25.814	7.331
Atualização monetária de impostos a compensar	7.555	1.291
Efeito tributário do adicional de IRPJ	48	48
Despesa com IRPJ e CSLL	(324.431)	(198.133)
IRPJ e CSLL correntes	(1.034.027)	(368.404)
IRPJ e CSLL diferidos	709.596	170.271
Total do IRPJ e CSLL	(324.431)	(198.133)

21.2. Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	897.500	578.434
IRPJ e CSLL	(324.431)	(198.133)
Alíquota efetiva	36,1%	34,3%

21.3. Movimentação dos ativos fiscais diferidos

Descrição	IRPJ			CSLL		
	Saldo em 31/12/2024	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2025
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos ^(a)	195.941	387.134	583.075	156.752	309.707	466.459
Provisão para perdas operacionais	43.833	1.474	45.307	35.066	1.179	36.245
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	10.042	3.339	13.381	8.034	2.671	10.705
Provisão para contingências cíveis	7.057	614	7.671	5.645	492	6.137
Provisão para contingências trabalhistas	2.096	1.522	3.618	1.677	1.218	2.895
Provisão para contingências tributárias	145	5	150	116	4	120
Provisão de PLR e benefício pós-emprego	19	21	40	7	8	15
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre títulos e valores mobiliários	25	116	141	20	93	113
Total	259.158	394.225	653.383	207.317	315.372	522.689

Descrição	IRPJ			CSLL		
	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2024
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos ^(a)	124.531	71.410	195.941	99.624	57.128	156.752
Provisão para perdas operacionais	20.110	23.723	43.833	16.088	18.978	35.066
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	9.912	130	10.042	7.929	105	8.034
Provisão para contingências cíveis	7.260	(203)	7.057	5.808	(163)	5.645
Provisão para contingências trabalhistas	2.629	(533)	2.096	2.104	(427)	1.677
Provisão para contingências tributárias	78	67	145	63	53	116
Provisão de PLR e benefício pós-emprego	17	2	19	6	1	7
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre títulos e valores mobiliários	43	(18)	25	34	(14)	20
Total	164.580	94.578	259.158	131.656	75.661	207.317

(a) O saldo dos créditos tributários está demonstrado pelo valor líquido, considerando a reativação de operações de crédito renegociadas após a baixa para prejuízo.

21.4. Imposto de renda e contribuição social a pagar

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
IRPJ e CSLL a pagar	477.798	-	477.798	52.901	-	52.901
Total	477.798	-	477.798	52.901	-	52.901

22. Transações entre partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à IAS 24.

Em 31 de dezembro de 2025, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas:

- Controladoras indiretas do Banco - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Atacadão S.A.;
- Controladora direta do Banco - BSF Holding S.A.;
- Empresas ligadas - Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Grupo BIG Brasil S.A.; e
- Outras partes relacionadas - Itaú-Unibanco S.A. e Ewally Tecnologia e Serviços S.A.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, as operações com tais partes relacionadas caracterizavam-se, basicamente, por:

Partes relacionadas / Operações	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.				
Nota de crédito / débito	3.390	8.953	25.796	18.628
Campanhas de desconto	6.771	4.381	-	-
Valores a receber ^(a)	25.794	41.070	-	-
Valores a receber - Descontos concedidos a funcionários	223	230	-	-
Valores a receber - Ecommerce	1	3	-	-
Valores a receber - Desconto em folha de pagamento de funcionários	4.393	4.191	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país ^(b)	(11.652)	(21.237)	(144.541)	(153.452)
Repasses de valores e comissões ^(c)	(682.532)	(139.560)	74.830	74.023
Aluguéis a pagar	(895)	(848)	(10.821)	(9.268)
Outras despesas operacionais	-	-	(3.182)	(8.681)
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.				
Valores a receber ^(a)	-	232	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país ^(b)	-	(659)	(395)	(4.675)
Repasses de valores e comissões ^(c)	-	(1.179)	184	1.316
Grupo BIG Brasil S.A.				
Nota de crédito / débito	333	262	2.965	2.076
Campanhas de desconto	(508)	(431)	(2.953)	(2.716)
Valores a receber ^(a)	477	928	-	-
Valores a receber - Membership	843	689	8.947	6.971
Prestação de serviços de correspondente no país ^(b)	(2.164)	(2.108)	(19.981)	(17.979)
Repasses de valores e comissões ^(c)	(32.477)	(15.616)	7.845	5.773
Aluguéis a pagar	(128)	(16)	(1.450)	(1.484)
Atacadão S.A.				
Nota de crédito / débito	234	-	31.101	26.900
Campanhas de desconto	273	780	-	-
Valores a receber ^(a)	35.617	56.066	-	-
Valores a receber - Desconto em folha de pagamento de funcionários	6.980	5.932	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país ^(b)	(11.962)	(11.204)	(133.428)	(129.032)
Repasses de valores e comissões ^(c)	(120.301)	(49.229)	65.302	60.297
Aluguéis a pagar	(1.144)	(1.065)	(13.670)	(12.611)
Direito de exclusividade	343.380	396.892	(53.513)	(53.515)
Itaú-Unibanco S.A.				
Depósitos interfinanceiros	708.214	(500.231)	(34.442)	(4.581)
Operações compromissadas	269.943	(319.315)	(27.712)	(28.618)
Comissão de intermediação de CDB	-	-	72	508
Certificado de depósito bancário	(17.380)	(516)	305	-
Nota de crédito / débito	(995)	-	-	-
BSF Holding S.A.				
Certificado de depósito bancário	(7.613)	(7.107)	(888)	(703)
Ewally Tecnologia e Serviços S.A.				
Valores a receber - Comissões	-	36	134	656
Valores a pagar - Prestação de serviços	-	-	(4.653)	(8.537)

(a) Refere-se a recebimentos de clientes nos pontos de vendas das lojas Carrefour, Atacadão e Sam's Club.

(b) Refere-se a serviços de cadastro e manutenção de clientes e prestação de serviços de correspondente bancário no país, com contrapartida em despesa.

(c) Refere-se a repasses de compras efetuadas por clientes nas lojas Carrefour, Atacadão e Sam's Club, líquidos de comissão, com contrapartida em receita.

23. Remuneração e benefícios a empregados

23.1. Descrição dos planos de contribuição definida

Com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social com um plano de contribuição variável, o Banco atua como patrocinador, contribuindo mensalmente com o fundo de previdência, limitando-se ao percentual mínimo de 1% e máximo de 5% do salário bruto, de acordo com a opção feita pelo funcionário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante da despesa dessa contribuição era de R\$ 2.375 (31/12/2024: R\$ 2.175) e está registrado na rubrica "despesas de pessoal".

23.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração	17.635	14.992
Pagamento baseado em instrumento de capital	1.475	10.833
Contribuição aos planos de aposentadoria	329	333
Total	19.439	26.158

23.3. Obrigações trabalhistas

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Provisão sobre participação nos lucros e bônus	43.810	33.425
Provisão de férias e encargos	21.153	17.836
Salários, 13º salários e encargos a pagar, vale-alimentação e vale-refeição	7.330	4.882
Total	72.293	56.143

23.4. Benefícios pós-emprego

Com base na IFRS, o Banco elabora periodicamente, para a data-base de dezembro, o estudo atuarial sobre a aplicação da IAS19 - Benefícios a empregados. Em 31 de dezembro de 2025, não houve a provisão, devido a redução do passivo que decorre das projeções de contribuições futuras que superaram os custos de saúde esperados a valor presente, além da atualização de premissas e revisão metodológica realizada por empresa especializada (R\$ 123 em 2024).

23.5. Pagamento baseado em ações

Descrição dos planos de remuneração em ações

Planos Regulares 2022 a 2025 – alterados em maio de 2025

Em 05 de maio de 2022, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários, no âmbito do Plano Regular.

Em 01 de junho de 2023, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários, no âmbito do Plano Regular.

Em 07 de maio de 2024, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários, no âmbito do Plano Regular.

Em 19 de fevereiro de 2025, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários, no âmbito do Plano Regular.

Em 06 de maio de 2025, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo decidiu realizar a liquidação do Plano Regular 22, conforme data de *vesting* esperada de 05 de maio de 2025, com pagamento em dinheiro e a valor de R\$ 8,50 por ação, não mais em entrega de ações do Atacadão S.A., como resultado da reorganização societária.

Ainda em relação às deliberações do Conselho em 06 de maio de 2025, dentre outras medidas, foi aprovada a alteração dos Planos Regulares, conforme a seguir:

a. Aditamento das cláusulas e alteração dos Planos Regulares 23 e 24 para refletir, dentre outras, a substituição das Ações Restritas (conforme definido no Plano) por ações fantasmas (phantom shares) do Carrefour S.A. (França) ou por pagamento em caixa, a critério do respectivo beneficiário, e a readequação das condições de performance e demais termos a serem refletidos no respectivo contrato de outorga; e

b. Aprovar o Plano Regular 25, em conjunto com a definição de empregados elegíveis, e correspondentes termos e condições aplicáveis com pagamento por ações fantasmas (phantom shares) do Carrefour S.A. (França) ou por pagamento em caixa, a critério do respectivo beneficiário, e a readequação das condições de performance e demais termos a serem refletidos no respectivo contrato de outorga.

O *vesting period* continua em três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou o direito de receber em dinheiro. O funcionário poderá acessar a totalidade do dinheiro, somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. Caso o funcionário seja desligado sem justa causa, poderá acessar parte do montante financeiro, *pro rata* no final do *vesting period*. O valor a ser pago em caixa depende do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

a. Duas condições relacionadas à performance financeira (Resultado Operacional Corrente - ROC e Free Cash Flow - FCF);

b. Condição relacionada à valorização da ação (*Total Shareholder Return* - TSR); e

c. Item relacionado à responsabilidade social corporativa (*Corporate Social Responsibility* - CSR).

Os detalhes dos planos de remuneração em ações, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados abaixo:

	Plano Regular 22	Plano Regular 23	Plano Regular 24	Plano Regular 25
Data de aprovação do número de ações em RCA e atualização do regulamento dos planos em AGE de acionistas	5-mai-22	1º-jun-23	7-mai-24	19-fev-25
Número de ações autorizadas	130.240	328.825	277.498	27.450
Prazo de vida contratual esperada das ações	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Número de executivos elegíveis	10	16	16	10
Data do <i>vesting</i> ^(a)	5-mai-25	1º-jun-26	7-mai-27	19-fev-28
Valor justo de cada ação (em R\$ por ação)	8,50	11,58	11,93	13,28

(a) As ações fantasmas (phantom shares) serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Conciliação de ações restritas em circulação (planos regulares)

Planos alterados em 06 de maio de 2025, decorrentes de substituição das Ações Restritas (conforme definido no Plano) por ações fantasmas (phantom shares) do Carrefour S.A. (França), ou por pagamento em caixa, a critério do respectivo beneficiário, e a readequação das condições de performance e demais termos a serem refletidos no respectivo contrato de outorga.

As movimentações dos planos de remuneração em ações, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Plano Regular 22	Plano Regular 23	Plano Regular 24	Plano Regular 25
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	78.032	289.825	267.498	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2025	-	-	-	27.450
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2025	(78.032)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2025	-	(19.050)	(23.481)	(2.700)
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2025	-	270.775	244.017	24.750

Planos de Performance Shares Grupo 2022 a 2025 ("Plano Grupo 22" a "Plano Grupo 25")

Baseado na recomendação do Comitê de Remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

O *vesting period* é de três anos da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

a. Duas condições relacionadas à performance financeira (ROC e FCF);

b. TSR; e

c. Item relacionado à CSR.

As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Os detalhes dos planos de ações Grupo, em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23	Plano Grupo 24	Plano Grupo 25
Data da outorga ^(a)	16-fev-22	14-fev-23	14-fev-24	19-fev-25
Data da RCA	21-mai-21	21-mai-21	23-mai-23	06-mai-25
Data do <i>vesting</i>	16-fev-25	14-fev-26	14-fev-27	19-fev-28
Total de ações outorgadas na data de outorga	18.675	9.500	20.220	22.200
Valor justo de cada ação (em EUR por ação) ^(c)	14,21	12,92	15,80	13,28

(a) Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).

(b) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

Conciliação de ações em circulação (planos Grupo)

A movimentação dos planos de ações, no exercício findo em 31 dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23	Plano Grupo 24	Plano Grupo 25
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	9.625	9.500	20.220	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2025	-	-	-	22.200
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2025	(9.625)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2025	-	(3.000)	(3.110)	(2.700)
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2025	-	6.500	17.110	19.500

Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 2.148 (31/12/2024: R\$ 318).

24. Valor justo dos ativos e passivos

24.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Valor justo	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros ao VJORA	930.311	930.311	-	929.282	929.282	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	930.311	930.311	-	929.282	929.282	-
Ativos financeiros ao VJR	6.055	-	6.055	6.302	-	6.302
Aplicações em fundos de investimento	6.055	-	6.055	6.302	-	6.302

Nível 1: para as letras financeiras do tesouro, a avaliação geralmente baseia-se em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes e informações obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como ANBIMA.

Nível 2: para as aplicações em fundos de investimento, a avaliação baseia-se na natureza dos investimentos desta categoria e a mensuração do valor justo foi apurado a partir do valor das cotas, divulgado pelos administradores dos fundos.

Os instrumentos financeiros do Banco, exceto os mensurados ao VJR e VJORA, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

Descrição	31/12/2025			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa ^(a)	449.484	449.484	449.484	-
Ativos financeiros				
Ao custo amortizado ^(b)	20.379.810	18.922.962	-	18.922.962
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado	15.454.802	15.179.742	15.179.742	-
Captações no mercado aberto ^(a)	269.943	269.943	269.943	-
Depósitos ^(c)	2.381.494	2.106.842	2.106.842	-
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(c)	1.438.972	1.438.563	1.438.563	-
Outros passivos financeiros ^(a)	11.364.393	11.364.393	11.364.393	-
Outros passivos ^(d)	3.419.959	3.416.873	3.416.873	-

Descrição	31/12/2024			
	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa ^(a)	102.156	102.156	102.156	-
Ativos financeiros				
Ao custo amortizado ^(b)	18.791.933	18.291.037	-	18.291.037
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado	13.810.508	13.814.577	13.814.577	-
Captações no mercado aberto ^(a)	319.315	319.315	319.315	-
Depósitos ^(c)	1.007.884	1.005.816	1.005.816	-
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(c)	2.158.223	2.164.360	2.164.360	-
Outros passivos financeiros ^(a)	10.325.086	10.325.086	10.325.086	-
Outros passivos ^(d)	3.748.190	3.748.190	3.748.190	-

Nível 2: o Nível 2 inclui as informações que não são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, que geralmente são: a. preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; b. preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preços variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; c. informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades etc.); e d. informações que são derivadas principalmente de, ou corroboradas por, dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: o Nível 3 inclui as informações de dados para os ativos que não são baseados em dados observáveis de mercado como o fator de risco de crédito atrelado ao valor justo da carteira de crédito.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(a) Disponibilidades, captações no mercado aberto e relações interfinanceiras: os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo, pois caracterizam operações de curto prazo.

(b) Operações de crédito: a carteira em dia sem juros é levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva Swap DI Pré, trazida a valor presente pela taxa DI Over. Ambas com data de referência destas demonstrações financeiras.

A carteira em dia com juros é levada a valor futuro pela taxa média do Banco informada ao BACEN em seus vértices de vencimento, trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência destas demonstrações financeiras.

A carteira em atraso é levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva Swap DI Pré, trazida a valor presente pela taxa DI Over. Ambas com data de referência destas demonstrações financeiras.

Como componente do Risco de Crédito, atrelado ao cálculo do valor justo para a carteira, o Banco considerou a provisão para perdas esperadas segundo as orientações da IFRS 9 relativa à carteira local. No conceito da IFRS 9, a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração.

(c) Recursos de aceites e emissão de títulos e depósitos: o valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do CDI (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título).

(d) Outros passivos: o valor justo é igual ao valor contábil levando em consideração que o pagamento da obrigação não sofrerá alteração até o momento da liquidação.

25. Gestão de capital e dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental e reputacional

O Banco atua com uma estrutura de Gestão dos Riscos segregada e independente das demais atividades do negócio. A atividade de gerenciamento integrado de riscos e capital atua para assegurar que os riscos sejam identificados, mitigados, reportados e controlados, de acordo com o apetite ao risco estabelecido pela Instituição e em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17. Com o objetivo de garantir uma atuação independente, a Superintendência de Riscos Integrados é responsável pelo gerenciamento dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental, gestão do capital e governança de validação de modelos. O processo de gerenciamento integrado de riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração, que é o órgão responsável por estabelecer diretrizes, aprovar as políticas e definir o nível de apetite a risco da Instituição.

25.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

a. A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

b. A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por meio de controle diário do fluxo de caixa, elaborado através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazo, considerando as principais fontes de receitas, despesas e riscos relacionados, e variáveis econômicas que influenciam o negócio, possibilitando uma visão estratégica do impacto do risco de liquidez no negócio. Esses modelos são baseados em metodologias que atendem às necessidades do negócio e passam por validações periódicas através de testes de aderência.

Compõem o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de cenários de estresse considerando que, as premissas de maior impacto sejam por eventos internos ou impactos macroeconômicos. Por meio destes cenários, podemos definir linhas de contingências e estratégias de liquidez. As decisões são aprovadas no *Assets Liabilities Committee* (ALCO).

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de liquidez é realizado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL).

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecer um retorno satisfatório.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos do Banco e os prazos de amortizações contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros, incluindo juros dos instrumentos financeiros.

Ativos	31/12/2025				
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	930.311	-	543.672	386.639	-
Aplicação em fundos de investimento	6.055	-	6.055	-	-
Operações de crédito	32.530.323	25.110.208	5.947.789	1.101.385	370.941
(-) PECLD	(12.150.513)	(11.238.403)	(563.846)	(225.372)	(122.892)
Total	21.316.176	13.871.805	5.933.670	1.262.652	248.049

Passivos	31/12/2025				
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Depósitos	2.381.494	711.846	1.059.309	610.339	-
Captações no mercado aberto ^(a)	269.943	269.943	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(a)	1.438.972	374.942	614.630	449.400	-
Outros passivos financeiros	11.364.393	4.445.982	6.918.411	-	-
Total	15.454.802	5.802.713	8.592.350	1.059.739	-

Ativos	31/12/2024				
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	929.282	1.788	-	590.095	337.399
Aplicação em fundos de investimento	6.302	-	-	-	6.302
Operações de crédito	28.375.534	21.410.204	5.671.946	1.290.396	2.988
(-) PECLD	(9.583.601)	(8.785.352)	(512.072)	(286.105)	(72)
Total	19.727.517	12.626.640	5.159.874	1.594.386	346.617

Passivos	31/12/2024				
	Valor contábil	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Depósitos	1.007.884	558.651	56.004	393.229	-
Captações no mercado aberto ^(a)	319.315	319.315	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(a)	2.158.223	409.059	888.349	860.815	-
Outros passivos financeiros	10.325.086	4.006.157	6.290.135	28.794	-
Total	13.810.508	5.293.182	7.234.488	1.282.838	-

(a) Os vencimentos e as rentabilidades das captações e letras financeiras estão detalhados nas notas 10.4. e 10.5., respectivamente.

25.2. Risco de mercado

Risco de mercado define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.

Atualmente, o Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o Banco mantenha baixo seu nível de exposição com relação ao risco de mercado. Para realizar operações financeiras no mercado, a Instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são registradas na carteira *banking*.

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de mercado é efetuado por meio do relatório mensal CADOC 2060 - Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

25.2.1. Análise de sensibilidade

O Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, viabilizando o acesso ao crédito por meio dos cartões Carrefour, Atacadão e Sam's Club, além de empréstimos consignados e antecipação de recebíveis. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco, em 31 de dezembro de 2025, foram analisadas considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:

Ativos

Títulos e valores mobiliários: instrumentos com baixo risco e constantemente negociados, sem variações relevantes dos valores justos. As taxas pós-fixadas do instrumento, mesmo que com choques relevantes de cenário, não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de moeda estrangeira: a exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que em um cenário estressado de câmbio.

Operações de crédito: o valor apurado corresponde ao montante recebível das faturas em aberto e saldos em atraso negociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma, as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas praticadas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

Passivos

As exposições em depósitos e letras financeiras são instrumentos financeiros passivos precificados com base em taxas de juros pós-fixadas. Entretanto, a alteração dessas taxas não refletiria em uma alteração significativa nas posições contábeis mensuradas para a data de apresentação do balanço, uma vez que os saldos passivos são reflexos do indexador atual, praticado em cada um dos instrumentos, e qualquer alteração seria refletida apenas em posições futuras.

25.3. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Atualmente, o Banco atua no segmento de varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através dos cartões Carrefour, Atacadão e Sam's Club. Os principais riscos de crédito incorridos pelo Banco estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, desembolsos financeiros para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, de utilização do crédito por seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes e/ou lançadas à perda contábil.

A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes por análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para determinação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas automatizados, modelos estatísticos e indicadores gerenciais definidos em políticas internas da Instituição.

A gestão do portfólio é direcionada por indicadores gerenciais e sistemas que permitem alterações de limites de crédito de forma massificada e automática. Critérios de elegibilidade a estas ações, bem como limitadores de valores e períodos para realização das mesmas, estão definidos em política interna.

Sobre a carteira inadimplente ou com tendência à inadimplência, são realizadas ações de recuperação da saúde financeira do cliente e das operações com alta probabilidade de *default*. A régua de ações de cobrança, definições estratégicas de atuação, política de descontos em negociações e remuneração de escritórios externos de cobrança estão definidos em política interna.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à alta Administração. Periodicamente, são apresentados ao Comitê de Risco de Crédito e ao Comitê Integrado de Riscos (CIR) indicadores como o custo de crédito, saldo de PECLD, indicadores de performance, performance de cobrança e inadimplência da carteira e a parcela de alocação de capital para exposições ao risco de crédito.

A exposição estimada do Banco ao risco de crédito está apresentada abaixo:

Descrição	31/12/2025			31/12/2024		
	Operações de crédito	(-) PECLD	PECLD (%)	Operações de crédito	(-) PECLD	PECLD (%)
Operações de crédito	17.245.275	(1.013.079)	-5,9%	16.402.051	(926.533)	-5,6%
Limite de crédito	17.377.937	(598.825)	-3,4%	14.352.058	(396.164)	-2,8%
Estágio 1	34.623.212	(1.611.904)	-4,7%	30.754.109	(1.322.697)	-4,3%
Operações de crédito	2.283.437	(742.780)	-32,5%	1.859.254	(594.409)	-32,0%
Limite de crédito	285.288	(9.749)	-3,4%	1.634.749	(42.519)	-2,6%
Estágio 2	2.568.725	(752.529)	-29,3%	3.494.003	(636.928)	-18,2%
Operações de crédito	13.001.611	(10.394.654)	-79,9%	10.114.229	(8.062.659)	-79,7%
Limite de crédito	38.262	(27.851)	-72,8%	-	-	0,0%
Estágio 3	13.039.873	(10.422.505)	-79,9%	13.039.873	(8.062.659)	-61,8%

A provisão sobre os compromissos contingentes (linhas de crédito dadas aos clientes, mas não usadas) é apresentada na nota 12.2.2.

No que diz respeito ao risco de crédito relativo à caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a exposição é baixa, visto que os recursos de caixa e equivalentes de caixa são com instituições de *rating* elevados e as aplicações são em títulos públicos no Brasil.

Os maiores detalhes das operações de crédito são apresentados na nota 5.

25.4. Risco operacional

Risco Operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas do mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas) ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Banco classifica os eventos de riscos identificados em seus processos nas seguintes categorias:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da Instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos;
- Falhas sistêmicas de Tecnologia da Informação (TI); e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento.

O Banco possui estrutura que delimita claramente os papéis e responsabilidades das partes através de três linhas, de forma a reafirmar a segregação entre as unidades de negócios e suporte, o que garante a gestão dos riscos de forma descentralizada e independente, além de uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam à alta Administração.

A área de Risco Operacional e Controles Internos encontra-se sob a mesma estrutura dos demais riscos e é responsável por implementar as políticas, procedimentos, processos e controles relacionados ao gerenciamento de risco operacional, executar as avaliações do ambiente de controle interno do Banco e pela estruturação do plano de contingência, a fim de assegurar a continuidade das atividades. Também é responsável pela disseminação da política de gerenciamento de risco operacional e controles internos, bem como acultramento de riscos aos colaboradores do Banco. Essas ações possuem acompanhamento e reporte à alta Administração, mediante Comitê de Compliance, Risco Operacional e Controles Internos (CRC).

A política de gerenciamento de riscos operacionais e controles internos do Banco tem como objetivo estabelecer as diretrizes e estratégias do gerenciamento de riscos com sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar, mensurar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelo CMN e BACEN. Adicionalmente, é submetida à revisão e aprovação anual pelo diretor de riscos (CRO) e pelo Conselho de Administração da Instituição.

Os resultados dos trabalhos executados pela área risco operacional e controles internos ocorrem no Comitê de CRC, bem como apresentação de pautas para deliberação, revisão e tomada de decisões sobre os seguintes assuntos, não se restringindo exclusivamente a esses:

- Mapeamento de riscos e controles;
- Base de perdas operacionais;
- Execução de testes de controles;
- Abertura de apontamentos de riscos para processos não aderentes;
- Monitoramento dos planos de ação;
- Mensuração da exposição final ao risco; e
- Gestão de Continuidade de Negócios (GCN).

Em atendimento ao disposto pela Resolução BCB nº 356/23, o Banco realiza o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWA_{OPAD}).

25.5. Risco estratégico

Segundo as definições do *Committee of Sponsoring Organizations (COSO) 2017 - Componentes de Gerenciamento de Riscos Corporativos*, o risco estratégico pode ser identificado por três grandes dimensões, que dizem respeito à sinergia entre o Planejamento Estratégico e os riscos relacionados à estratégia. Essas três grandes dimensões são:

- A possibilidade da estratégia não estar alinhada com a missão, visão e principais valores;
- As implicações derivadas da estratégia escolhida; e
- Riscos na execução da estratégia.

O processo de definição do Planejamento Estratégico deve considerar os principais riscos que podem afetar os seus objetivos estratégicos e de negócio e resultar em indicadores que permitam ganhos de performance.

O inventário de Riscos Estratégicos foi desenvolvido em sinergia com a área de Planejamento Estratégico. Após a definição das diretrizes estratégicas do Banco, os riscos foram avaliados nas três dimensões citadas anteriormente.

25.6. Risco social, ambiental e climático (RSAC)

RSAC define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Para o gerenciamento desse risco, deve-se considerar:

- Sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o RSAC presente nas atividades e nas operações da Instituição;
- Registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;
- Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e
- Procedimentos para adequação do gerenciamento do RSAC às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

O Banco conta com procedimentos internos para identificar, avaliar, gerenciar e mitigar os riscos socioambientais das operações e atividades. Este gerenciamento ocorre de acordo com as diretrizes descritas nos itens abaixo:

- Aprovação de novos produtos e serviços: avalia-se e gerencia-se os potenciais impactos socioambientais negativos de produtos e serviços por meio de uso de critérios no processo de criação e/ou revisão dos produtos do Banco, incluindo os riscos de reputação, e possui normas internas de aprovação de produtos e serviços avaliando aspectos regulatórios e de gestão de riscos;
- Relação com partes interessadas: é promovido o desenvolvimento contínuo e a oferta de produtos e serviços financeiros que contribuam com o desenvolvimento sustentável;
- Fornecedores e prestadores de serviços: o Banco busca sempre trabalhar com prestadores de serviços/fornecedores que tenham boa conduta ética e que incentivem a adoção de boas práticas dentro de suas empresas, repudiando qualquer prática que não esteja em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, que se mostrem vinculadas a ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno. Para se assegurar destes riscos, o Banco incluiu em todos os contratos com fornecedores, cláusulas que estipulam obrigações anticorrupção e socioambientais, incluindo a proibição de trabalho escravo, infantil e exploração sexual, bem como o respeito ao meio ambiente, dependendo do escopo de atividade do fornecedor ou prestador de serviços;
- Orientação financeira: é reconhecida a importância do uso consciente dos produtos financeiros pelos clientes pessoas físicas, incluindo os próprios funcionários da Instituição. Por isso, promove-se a educação financeira, por meio da informação e da orientação para o uso adequado e consciente do crédito; e
- Governança: o Banco mantém uma estrutura de governança compatível com o seu porte e a natureza de negócio, buscando promover o tratamento adequado das questões socioambientais. Para tanto, possui o Diretor de Gerenciamento de Riscos responsável pelo cumprimento da Política de Gestão do RSAC.

25.7. Risco reputacional

O risco reputacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos que possam prejudicar a imagem do Banco.

Para assegurar uma gestão efetiva do risco, a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de risco reputacional (monitoramento, controle e avaliação); e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, CIR e Conselho de Administração).

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Gestão Integrada de Riscos, que modela o risco reputacional do Banco, ressaltam-se:

- Base de reclamações por jornada de cliente;
- Acompanhamento das citações em mídias sociais;
- Modelagem das informações para PECLD; e
- Monitoramento do apetite aos riscos de reclamações versus contas ativas.

25.8. Gestão de capital

Gestão de capital na Instituição reflete um processo contínuo de ações que considera os seguintes pontos, de acordo com a exigência regulatória:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está exposta; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Para assegurar uma gestão efetiva do capital, a estrutura de Gerenciamento de Capital abrange:

- Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
- Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas), realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio;
- ALCO e CIR como órgãos decisórios; e
- Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração).

A Instituição possui um plano de capital consistente para um horizonte de tempo de 3 anos. Este plano é atualizado anualmente e inclui a projeção do capital disponível considerando o planejamento estratégico, as principais fontes de capital e um plano de contingência para suprir uma possível necessidade de capital, inclusive em cenários de estresse, dando suporte à Instituição para alcançar as metas definidas.

A divulgação de informações referentes à Gestão de Capital fica a cargo da área de Riscos, que reporta ao ALCO e ao CIR as informações do capital da Instituição, bem como informações a respeito dos processos acompanhados. O ALCO, por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima de quatro vezes ao ano.

A avaliação de suficiência do capital para suportar os riscos aos quais a Instituição está exposta é apurada por meio da relação entre o RWA para os riscos de crédito, mercado, operacional e o capital da Instituição.

O indicador utilizado para medir a suficiência é o Índice de Basileia, uma vez que a Instituição ainda não possui instrumentos de dívida para compor capital, que é apurado mensalmente pela área de Gestão Integrada de Riscos, utilizando as premissas determinadas nos normativos divulgados pelo BACEN.

Patrimônio de referência (PR)	31/12/2025	31/12/2024
Nível I	2.328.898	2.739.351
Capital principal	3.140.286	3.587.879
Ajuste da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 com o efeito do <i>phase-in</i> da Resolução CMN nº 5.199/24	658.616	-
Ajuste prudencial	(811.388)	(848.528)
Total	2.987.514	2.739.351
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo Risco - RWA	31/12/2025	31/12/2024
RWA _{CPAD} - Risco de crédito	16.275.670	15.352.944
RWA _{MPAD} - Risco de mercado	3.451	42.979
RWA _{MSP} - Riscos associados a serviços de pagamento	476	-
RWA _{OPAD} - Risco operacional	2.187.669	1.323.579
Total	18.467.266	16.719.502
PR mínimo requerido	1.939.063	1.755.548
Folga em relação ao PR mínimo requerido	1.048.451	983.803
Índice de Basileia	16,2%	16,4%

Os dados demonstrados refletem os valores apurados nas demonstrações financeiras "BRGAAP".

Em 31 de dezembro de 2025, o Índice de Basileia atingiu o patamar de 16,2%, dentro do apetite de risco do Banco e superior ao mínimo requerido pelo regulador local, considerando os *buffers* ativos (10,5%). O principal motivo se deve ao crescimento da carteira que amplia o RWA de crédito, dos impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 e do novo modelo de alocação de capital para o risco operacional, mesmo que ambos efeitos tenham sido suavizados pelo Regulador com *phase-ins*.

26. Outras informações

26.1. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Descrição	Patrimônio líquido		
	Capital social	Reservas de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.742.000	1.548.283	3.290.283
Recursos provenientes da destinação do resultado	-	380.301	380.301
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Aumento de capital com base em reserva	200.000	(200.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.942.000	1.728.584	3.670.584
Recursos provenientes da destinação do resultado	-	573.069	573.069
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Aumento de capital com base em reserva ^(a)	250.000	(250.000)	-
Movimentação dos Planos de Remuneração baseado em ações (LTI)	-	8.884	8.884
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.192.000	2.060.537	4.252.537

(a) O aumento do capital social foi aprovado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de fevereiro de 2026.

27. Conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS)

27.1. Conciliação entre BRGAAP e IFRS em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido - BRGAAP	3.140.287	3.587.879
Ajustes de IFRS		
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 ^(a)	878.153	-
Perda de valor recuperável ^(b)	429.439	171.857
Impostos diferidos ^(c)	(192.933)	(77.022)
Arrendamentos	-	(694)
Patrimônio líquido - IFRS	4.254.946	3.682.020
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado - BRGAAP	431.399	378.681
Ajustes de IFRS		
Perda de valor recuperável ^(b)	257.582	(1.408)
Impostos diferidos ^(c)	(115.912)	(1.324)
Arrendamentos	-	3.355
MTM venture capital	-	997
Resultado - IFRS	573.069	380.301

(a) Adoção inicial

Contém os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21, sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, líquidos dos efeitos tributários.

(b) Perda de valor recuperável

Refere-se ao ajuste decorrente da estimativa da perda esperada sobre a carteira de ativos sujeitos à redução do valor recuperável, compromissos de empréstimos a liberar e contratos de garantias financeiras, apurados com base nos critérios descritos na nota de política contábil e de conformidade com o previsto pela IFRS 9.

Tais critérios diferem, em determinados aspectos, daqueles adotados segundo o BRGAAP, que usa os limites regulatórios definidos pelo BACEN, além da diferença de escopo da base de cálculo dessas perdas que, para fins de IFRS, considera outros ativos além daqueles previstos pelo BACEN.

(c) Impostos diferidos

A IAS 12 requer a contabilização de IRPJ e CSLL diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágio, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais.

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre os ajustes de IFRS foram refletidos na reconciliação.

28. Eventos subsequentes

O aumento do capital social foi aprovado pelo BACEN em 4 de fevereiro de 2026.

A DIRETORIA

Diretor Presidente

Felipe Carneiro Gonçalves Gomes

Diretor Financeiro e Jurídico

Rafael Bandeira de Almeida

Diretora de Clientes

Renata Fargetti Rizzo

Diretora de Tecnologia da Informação e Operações

Vanessa Paulino de Souza

Diretor de Gerenciamento de Riscos

Carlos Alberto Auricchio Junior

Diretor de Vendas, Atendimento e Parcerias

Luiz Gustavo Vargas Souto

Diretora de Planejamento Estratégico

Talita Franco Feliciano

Contadora

Valéria Dias Prates
CRC nº 1SP239180/O-8



Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777

2º Andar - Edifício Villa Lobos

Jardim Universidade Pinheiros - São Paulo - SP

